



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

RENATA ALMEIDA TELES

**PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO
ESTADUAL DA CACHOEIRA - BAHIA**

CACHOEIRA
2019

RENATA ALMEIDA TELES

**PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO
ESTADUAL DA CACHOEIRA – BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Museologia do Centro de Artes, Humanidade e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Viviane da Silva Santos

CACHOEIRA
2019

RENATA ALMEIDA TELES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



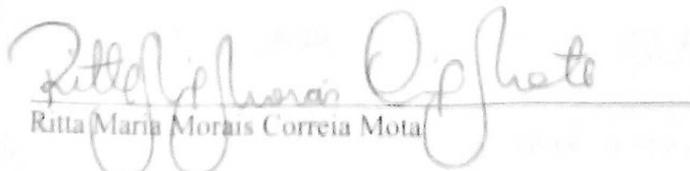
Viviane da Silva Santos

Mestra em Desenho, Cultura e Interatividade, com concentração
em Registro e Memória Visual - Universidade Estadual de Feira de Santana
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Anna Luisa Santos de Oliveira

Graduada em Museologia - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Professora Substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Ritta Maria Moraes Correia Mota

Especialista em Arte e Patrimônio - Faculdade São Bento da Bahia
Técnica em Restauração da Universidade Federal da Bahia

Com carinho,
A Zeza (in memoriam), por todos os ensinamentos;
À minha família, por nossa trajetória até aqui;

A Thainá, por nossos dias em Cachoeira;
A Ritta Maria, por todo incentivo.

AGRADECIMENTOS

“Agradeço à força maior que está em todos os lugares e dentro de cada um, que move todo o universo e faz da gente um ser único e incomparável.”

(Roseli de Abreu)

Aos meus pais, Ângela e Renato, que sempre batalharam muito para proporcionar o melhor para mim e para minhas irmãs, por me ensinarem a seguir meus próprios passos e por serem pais tão amáveis e incentivadores. À minha irmã Laíse pelo cuidado e por tudo que faz por mim e por nossa família, e à minha irmã Laiane, pelo amor e cumplicidade. Todas as batalhas que enfrentamos juntos nos trouxeram até aqui. Nós cinco, de Corta-Mão para o mundo!

Aos meus avós Zeza e Neco que, enquanto vivos, fizeram parte do meu crescimento, ensinando tudo o que há de bom em mim.

À minha tia Ana Rosa, por ser como uma mãe para mim e por todo suporte que me deu para a realização deste sonho.

À minha amiga e irmã de alma Thainá, minha querida Tata. Ser de luz que me deu toda força durante estes quatro anos. Agradeço por enfrentar comigo todas as dificuldades, por todo amor, paciência e compreensão, por cuidar de mim nas inúmeras crises existenciais e de garganta, por sempre me ouvir, abraçar, me fazer sorrir, enxugar minhas lágrimas e, principalmente, por me aceitar exatamente como eu sou. Obrigada por ser a minha pessoa!

À “mandada” Gei, pessoa linda e especial que tanto admiro. Agradeço por nosso encontro na vida e pelos bons momentos que compartilhamos juntas em Cachoeira.

A Família The Red, por todos os rolês e sorrisos compartilhados. Sou imensamente grata por tê-los em minha vida e por me deixarem fazer parte da vida de cada um de vocês, e por todo afeto e acolhimento. Agradeço especialmente aos manos crespos Rawlins e Marcos por serem meus dois anjinhos da guarda.

Aos amigos Tailane, Fabinho, Neise e Bah que me acompanharam no início desta jornada e que, apesar de seguirmos caminhos diferentes, fazem parte deste sonho e estarão para sempre em meu coração.

Aos meus colegas da turma 2014.1, que estiveram presentes em toda minha formação e que viram de perto todo meu processo de amadurecimento e crescimento dentro da universidade. Agradeço por toda aprendizagem, discussões, seminários, histórias e também

pelas cervejas que tomamos juntos. Agradeço em especial a Marly, Ivone, Rosário, Angélica e Lélia que estiveram do meu lado nos momentos em que mais precisei e tornaram-se mães para mim. Não esquecendo Laurete, Tomita e Drieles que mesmo com nossas brigas durante os trabalhos em equipe, nossa amizade e companheirismo se fortalecem a cada dia e eu sou imensamente grata por dividirem este momento comigo e por contribuírem na construção deste trabalho!

A Rittinha, minha querida amiga que me inspira como pessoa e profissional desde 2016. Agradeço por sempre acreditar em meu potencial, por todo incentivo e aprendizado que me proporcionou. Devo isto a você!

À professora Ana Paula Pacheco e ao colega Anderson Luís, por me apresentarem ao Projeto CEC, lugar onde me encontrei na Museologia e onde vivenciei inúmeras experiências.

Ao Colégio Estadual da Cachoeira pelo acolhimento e por me permitir realizar esta pesquisa.

A Adriana Ribeiro, por me acolher no estágio no NUDOC em 2017 que, apesar de ter sido uma rápida experiência, foi muito importante para minha formação.

A toda equipe do Museu de Arte Sacra da UFBA, pelo carinho e acolhimento durante meu estágio curricular. Agradeço especialmente à museóloga Isabela Marques e à restauradora Cláudia Guanais pelas experiências proporcionadas no Setor de documentação e no Setor de conservação e restauração do MAS.

À minha querida orientadora Viviane Santos, por ser tão compreensiva e incentivadora.

À professora Anna Luísa por ter aceitado o convite para fazer parte da minha banca.

A todos os meus professores que contribuíram para minha formação enquanto Museóloga, e a todos os colegas de curso e amigos que acompanharam de perto a minha trajetória e estiveram sempre torcendo pelo meu sucesso. ´

Por fim, agradeço à cidade de Cachoeira por ser tão acolhedora e por ser o meu melhor lugar no mundo, sentirei saudades minha querida e amada “Cachu”!

Por amor [...], deixou-se envolver por aquele universo fascinante, composto, sobretudo por papéis, muitos papéis, além de fotografias, fitas e todo um novo arsenal de documentos em meio magnético, todos com vários suportes, diferentes formatos e incontáveis históricos.

(Solange Zúñiga)

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo voltado para a preservação do acervo em suporte de papel do arquivo escolar do Colégio Estadual da Cachoeira (CEC), Bahia. A partir do entendimento de que, na maioria das vezes, os arquivos escolares estão expostos a diversos agentes de deterioração que provocam inúmeras perdas aos seus acervos, verificou-se a importância de ações preservacionistas nestes espaços visando à salvaguarda da memória escolar. Deste modo, este trabalho apresenta um Plano de Conservação Preventiva para o Colégio Estadual da Cachoeira, tendo em vista o valor histórico – cultural do seu acervo. Para tanto, no cerne dessa pesquisa está o estudo sobre o trabalho realizado pelo Projeto de pesquisa: Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira e a discussão sobre os aspectos teóricos da preservação, conservação, restauração e conservação preventiva, além dos principais elementos que compõem um plano de conservação preventiva.

Palavras-chaves: Preservação; Conservação preventiva; Arquivo escolar; Patrimônio; Colégio Estadual da Cachoeira, Bahia.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Construção do Pavilhão Ernesto Simões Filho em fase de acabamento.....	31
Figura 2 - Construção do Pavilhão Rômulo Galvão em fase de acabamento	32
Figura 3 - Localização geográfica do CEC na cidade de Cachoeira	39
Figura 4 - Planta do CEC: localização do Rio da Pitanga e BR-420	39
Figura 5 - Áreas com vegetação no entorno do Pavilhão Ernesto Simões Filho	40
Figura 6 - Placa sinalizando última reforma geral no CEC no ano de 1992	40
Figura 7 - Divisão estrutural do CEC	41
Figura 8 - Fachada do CEC e ao fundo prédio do Pavilhão Ernesto Simões Filho	41
Figura 9 - Pavilhão Rômulo Galvão	42
Figura 10 - Planta baixa do Pavilhão Ernesto Simões Filho (térreo) Localização da sala de guarda 1	42
Figura 11 - Planta baixa do Pavilhão Ernesto Simões Filho (1º andar) - Localização da sala de guarda 2	43
Figura 12 - Planta baixa do Pavilhão Rômulo Galvão (térreo) - Localização da sala de guarda 3	43
Figura 13 - Sala 1	44
Figura 14 - Sala 2 em 2017	44
Figura 15 - Sala 2 atualmente	44
Figura 16 - Sala 3	45
Figura 17 - Piano encontrado na sala 3	45
Figura 18 - Sala de trabalho do Projeto.....	46
Figura 19 - Coleção de diários de classe	47
Figura 20 - Documentos contidos nas pastas de alunos	47
Figura 21 - Coleção de livros pautados	48
Figura 22- Rio da Pitanga apresentando acúmulo de lixo	49
Figura 23 - Muro do Pavilhão Ernesto Simões Filhos atualmente	50
Figura 24 - Desgaste da pintura causado por infiltrações (Pavilhão Rômulo Galvão)	51
Figura 25 - Prédio do Pavilhão Rômulo Galvão apresentando infiltrações e instalações elétricas inadequadas	51
Figuras 26, 27 e 28 - Instalações elétricas inadequadas nas salas de guarda (Sala guarda 3 e sala de trabalho do Projeto)	51

Figura 29 - Ar-condicionados com instalações inadequadas (Sala 3)	52
Figuras 30 e 31 - Rachaduras superficiais na sala de trabalho do Projeto e sinais de infiltrações na sala de guarda	52
Figura 32 - Abertura para ventilação na sala 2.....	53
Figura 33 - Abertura para ar-condicionado na sala de trabalho do Projeto CEC	54
Figura 34 - Ataque de agentes biológicos	56
Figura 35 - Ataque de insetos xilófagos em livro pautado	56
Figura 36 - Documento apresentando rasgos	56
Figura 37 - Livro pautado com desprendimento da costura	56
Figuras 38, 39 - Condições de acondicionamento na sala 1	57
Figuras 40, 41, 42 - Condições de acondicionamento na sala 3	57
Figura 44 - Condições de acondicionamento do acervo na sala 2	58
Figura 45 - Documentos dispostos no chão na sala 3	59
Figura 46, 47 e 48 - Higienização com trincha em diário de classe.....	66
Figura 49 - Higienização em documento avulso	66
Figura 50 e 51 - Higienização com pó de borracha.....	67
Figura 52 - Caixa para higienização	67
Figura 53 - Processo para fazer a caixa de higienização	68
Figura 54 –Processo para fazer a caixa de higienização	68
Figuras 55 a 64 - Costura em diário de classe	69
Figuras 65 a 72 - Acondicionamento em diários de classe.....	71
Figuras 73 a 78 - Acondicionamento de pastas de alunos	72
Figuras 79 a 83 - Tratamento fotográfico	73

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Diagnóstico do acervo	54
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DISCUTINDO CONCEITOS	17
1.1. PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	17
1.2. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	20
1.3. AGENTES DE DETERIORAÇÃO DO PAPEL	22
1.3.1. AGENTES FÍSICOS	24
1.3.2. AGENTES QUÍMICOS	25
1.3.3. AGENTES BIOLÓGICOS	26
1.3.4. AGENTES MECÂNICOS	26
1.4. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	26
2. O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA E O PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO CEC	30
2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA	30
2.2. PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS ESCOLARES	33
2.3. O PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA	35
3. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA	38
3.1. CARACTERIZAÇÃO	38
3.1.1. O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA: LOCALIZAÇÃO, ENTORNO E DIVISÃO ESTRUTURAL	38
3.1.2. O ACERVO DO CEC	46

3.2. AVALIAÇÃO DE RISCOS	48
3.2.1. ENTORNO E EDIFÍCIOS	48
3.2.2. ACERVO	54
3.3. NORMAS E PROCEDIMENTOS	59
3.3.1. SOLUÇÕES IMEDIATAS	59
3.3.2. SEGURANÇA	61
3.3.3. PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	62
3.3.4. NORMAS DE MANIPULAÇÃO DO ACERVO PARA FUNCIONÁRIOS E PESQUISADORES	63
3.3.5. MEDIDAS A SEREM APLICADAS QUANDO A INSTITUIÇÃO DISPUSER DE RECURSOS FINANCEIROS	63
3.3.6. ROTEIRO DE ATIVIDADES DO PROJETO CEC	65
3.3.6.1. DIAGNÓSTICO	65
3.3.6.2. HIGIENIZAÇÃO MECÂNICA COM TRINCHA	65
3.3.6.3. HIGIENIZAÇÃO COM PÓ DE BORRACHA	67
3.3.6.4. COSTURA	68
3.3.6.5. ACONDICIONAMENTO	70
3.3.6.6. TRATAMENTO DE FOTOGRAFIAS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXO I	80
ANEXO II	81
ANEXO III	82

INTRODUÇÃO

Em 2014, a partir de um convite do colega Anderson Luís, me inseri como voluntária no Projeto de pesquisa de Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira - CEC (Projeto CEC). Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2013 através de um convênio de cooperação técnica entre o CEC e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde são realizadas, pelos estudantes do curso de graduação em Museologia, atividades de seleção, catalogação, organização e conservação do acervo, com objetivo de facilitar o acesso à informação.

O meu percurso acadêmico foi marcado pelas experiências proporcionadas dentro deste projeto, que me instigaram a realizar esta pesquisa e fizeram com que o meu desejo de cursar Museologia se perpetuasse. Este trabalho trata-se de uma amostra do meu olhar, enquanto pesquisadora e integrante do projeto, sobre as atividades de conservação realizadas no CEC. Por trás do meu objetivo principal, há uma relevância social que visa não só promover a importância de ações preservacionistas em arquivos escolares, mas também a manutenção e a valorização da pesquisa nestes espaços que, sob o meu ponto de vista, tem se perdido dentro da universidade pela falta de interesse dos estudantes de Museologia aos estudos voltados à preservação de acervos documentais. Busco também, demonstrar como se dá a interface entre a Museologia e outras áreas do conhecimento, como a restauração, a arquivologia, a arquitetura, a química, entre outras, destacando a interdisciplinaridade como parte deste processo formativo que vem sendo explorada através do projeto CEC auxiliando na capacitação de alunos da UFRB.

Ao entender que os arquivos escolares carregam consigo elementos importantes para a reflexão do passado e do presente, percebi o quanto é necessário desenvolver atividades de conservação preventiva nesses espaços visando disponibilizar o acesso à informação para as gerações atuais e futuras, além de preservar a memória escolar. Partindo desta reflexão, este trabalho surge com o objetivo de criar um plano de conservação preventiva para o Colégio Estadual da Cachoeira, tendo em vista a importância do seu acervo para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à história do município de Cachoeira e à evolução da educação na Bahia.

O CEC vem enfrentando vários desafios em termos de estrutura, instalações e acondicionamento do seu acervo, e o plano de conservação preventiva vem como uma ferramenta capaz de avaliar as condições de guarda das documentações produzidas pela

escola, buscando nortear ações de preservação a curto, médio e longo prazo. A partir do plano será possível desenvolver soluções técnicas e sustentáveis para os problemas que afetam as coleções, auxiliando a instituição a planejar reformas e estabelecer regimes de manutenção e de gestão. Sendo considerada uma ferramenta adaptável e flexível às necessidades e condições institucionais, que auxiliará na salvaguarda dos registros históricos e na construção e difusão do conhecimento sobre identidade, memória, patrimônio e questões de pertencimento da comunidade escolar em nosso município.

A abordagem metodológica utilizada para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu-se na análise de obras de autores relevantes para o desenvolvimento teórico da investigação. Ancorei-me nos estudos de Beatriz Mugayar Kuhl (2006) (2013); Silvana de Fátima Bojanoski (2018); Cleide Cristina Caldeira (2006); Yacy-Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza (2008) para trazer uma discussão referente à preservação, conservação, restauração e conservação preventiva, além do contexto histórico em que se desenvolveram. Para o estudo sobre plano de conservação preventiva: Solange Sette G. de Zúñiga (2002); Albertina Otávia Lacerda Malta (2014); Cláudia Rodrigues Carvalho (2001); entre outros que abordam uma discussão semelhante em torno da construção de um plano e de como o mesmo, contextualiza-se na prática museológica.

Já na pesquisa de campo, busquei recolher informações acerca dos aspectos relacionados às características específicas do acervo do CEC, detalhes dos problemas e fatores que contribuem para a sua deterioração e informações sobre os antecedentes institucionais através de observação e diálogos com alguns funcionários da escola, tais como o diretor e os funcionários que trabalham diretamente com o arquivo escolar. Para o levantamento de informações e condições do acervo também foram consideradas informações coletadas pelo Projeto CEC, conforme autorização em anexo I e II. Foram verificadas as fichas de diagnóstico dos documentos elaboradas pelo projeto e como são realizados os procedimentos de conservação preventiva.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro destinado à fundamentação teórica, onde é discutido brevemente, os conceitos de preservação, conservação e restauração, a conservação preventiva e os agentes de deterioração do papel e, por fim, os principais aspectos que compõem um plano de conservação preventiva.

No segundo capítulo, é apresentado o objeto de estudo desta pesquisa, apresentando a contextualização histórica do CEC, a importância da preservação em arquivos escolares e a inserção do Projeto CEC no Colégio.

O terceiro e último capítulo consiste no Plano de Conservação Preventiva, no qual apresenta a caracterização do CEC, trazendo informações sobre a sua localização, entorno, divisão estrutural, salas de guarda do arquivo escolar, sala de trabalho do Projeto CEC e a caracterização do acervo informando sua tipologia documental e como as coleções são divididas. Em seguida, é apresentada a avaliação de riscos do entorno, dos edifícios e do acervo, onde são expostos os problemas que afetam a vida do acervo, constituindo um importante subsídio que possibilitou direcionar as estratégias para elaboração do plano.

1. DISCUTINDO CONCEITOS

1.1. PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Desde sempre, mesmo que involuntariamente, o homem mantém uma relação de cuidado com objetos que possuem determinados valores, sejam estes valores afetivos, materiais ou culturais. Segundo Beatriz Mugayar Kuhl (2006) é possível detectar as raízes da preservação de bens culturais desde o século XV, observando que as intervenções em obras de épocas passadas deixavam de ser movidas por questões práticas e de uso, e começavam a ser movidas por questões culturais. A autora afirma que as noções de preservação começaram a se sistematizar em fins do século XVIII e ao longo do século XIX, mas somente no século XX ganhou maior autonomia para se consolidar enquanto campo disciplinar.

De acordo com David Lowenthal (1998 *apud* BOJANOSKI, 2018) alguns acontecimentos motivaram o homem a preservar os restos do passado, como:

[...] a emergência de uma consciência da historicidade; o surgimento dos nacionalismos; o sentimento de perda decorrentes da Revolução Francesa, das Guerras Napoleônicas e da Revolução Industrial; a expansão das escavações arqueológicas e das atividades antiquárias, a expansão da educação e ainda as atividades de ócio, que estimulariam o nascente turismo (BOJANOSKI, 2018, p. 42)

Para Silvana de Fátima Bojanoski (2018) é a partir deste contexto que começam a surgir posturas relacionadas à conservação e à restauração. Estes acontecimentos promoveram o desenvolvimento cultural das classes sociais e disseminaram princípios científicos e culturais fazendo com que novas ciências surgissem. Dentre estas ciências, surgiu a conservação de bens culturais advinda do aperfeiçoamento da restauração e, posteriormente, a conservação preventiva.

Assim como Bojanoski (2018), Cleide Cristina Caldeira (2006), afirma que John Ruskin é considerado o precursor da conservação por defender a integridade e autenticidade física do bem, no qual este deveria receber os melhores cuidados para ser assegurado da degradação, descartando qualquer possibilidade de restauração, pois, para ele, a restauração significava a maior destruição que o bem poderia sofrer. Segundo Elias (2002 *apud* CALDEIRA, 2006) o pensamento de Ruskin foi aprimorado por Camillo Boito, que associou a teoria de Ruskin “à necessidade do restauro, prolongando a vida dos bens culturais por meio de várias técnicas” (CALDEIRA, 2006, p. 94).

Outro importante teórico da conservação e da restauração foi Cesare Brandi, defensor da restauração crítica que buscava “afastar o restauro do empirismo, vinculando-o às ciências” (BOJANOSKI, 2018, p. 49). Brandi define o conceito de restauração como intervenções práticas sobre a própria matéria da obra de arte, restabelecendo a sua unidade potencial sem criar um falso histórico, mas considera que esta é uma medida que deve ser adotada em último caso e que atenda “a princípios de distinguibilidade, reversibilidade e postulando a mínima intervenção na matéria original” (HENNING, 2015, p. 6), dando preferência às práticas de conservação e de manutenção.

Muños Viñas (2007 *apud* BOJANOSKI, 2018), afirma que a teoria de Brandi é voltada somente para a restauração de obras de artes e bens arquitetônicos, não podendo se adequar à conservação dos outros objetos que compõem a categoria dos bens culturais, como obras em suporte de papel. Viñas também muda o olhar direcionado somente para o objeto e o direciona para o significado que ele transmite aos seus grupos de pertencimento, trazendo os questionamentos “para que e para quem preservar?” e abre importantes discussões sobre as mudanças de padrões na conservação e na restauração.

No decorrer dos anos, vários autores baseados nestas concepções, vêm buscando ampliar os estudos sobre estes questionamentos. Para Yacy-Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza (2008, p. 6), a preservação dos bens culturais não deve ser feita “apenas para o deleite, o exercício criativo, investigativo ou a afirmação do ego de cientistas e homens cultos”. Kühl (2013), afirma que o principal objetivo da preservação é garantir o direito ao conhecimento e à memória:

[...] preservamos por razões de cunho: cultural, pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais; científico, pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber; e ético, por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores. (KÜHL, 2013, p. 58)

A autora ainda afirma que:

[...] o intuito é respeitar os bens em seus aspectos documentais, de configuração, de materialidade, e seu transcorrer ao longo do tempo, para que continuem a ser documentos fidedignos, que transmitem o conhecimento, e que sirvam como efetivos elementos de rememoração e suportes da memória coletiva. (KÜHL, 2013, p. 68)

Caldeira (2006), diz que a preservação dos bens culturais é necessária para torná-los ativos no presente e garantir que sejam disseminados no futuro, possibilitando aos grupos sociais o contato com o seu passado para construírem sua própria identidade.

No documento sobre o Programa da UNESCO: Memória do Mundo, a preservação é definida como:

[...] a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre – do patrimônio documental. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações, que envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original. (UNESCO, 2002, p. 15)

Conforme Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e Marcus Granato (2012):

A preservação [...] consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física do bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração. (PINHEIRO & GRANATO, 2012, p. 31).

O termo preservação vem sendo entendido como um conjunto de medidas de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para integridade e salvaguarda dos bens culturais (CASSARES & MOI, 2000). Compreendo-a como uma atividade de administração e de gerenciamento de recursos que abrange ações de conservação e restauração visando evitar a deterioração dos bens e promover o acesso à informação.

Para Cláudia Rodrigues Carvalho (2001) a conservação e a restauração constituem dois tipos de intervenção com objetivos bem diferentes, definindo-as como:

Conservação: Toda intervenção humana direta ou indireta que tem por objetivo aumentar a expectativa de vida de coleções com ou sem problemas de conservação, como por exemplo desacidificar documentos gráficos, desumidificar as reservas de coleções com suporte em metal, atenuar a iluminação de uma exposição temporária de tapeçaria, etc.

Restauração: Toda intervenção humana direta que tem por objetivo restituir o aspecto original de um objeto da coleção danificado, como por exemplo esculpir um dedo que falta numa estátua, remover uma camada de pintura superposta numa tela ou colar uma cerâmica quebrada. (CARVALHO, 2001, p. 2)

Conforme o Comitê Internacional de Conservação junto ao Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) na 15ª Conferência Triannual em Nova Delhi realizada em 2008, os termos conservação e a restauração são definidos da seguinte maneira:

Conservação: todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. [...] Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as prioridades físicas do bem cultural em questão.

Restauração: todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação,

compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. (ABRACOR, 2010, p. 2-3)

Froner & Souza (2008, p. 3) compreendem a conservação de bens culturais como “[...] o conjunto de esforços para prolongar ao máximo a existência dos objetos a partir de intervenções conscientes e controladas no ambiente externo ao objeto, como também de intervenções diretas”. Para estes autores, a conservação busca prolongar o tempo de vida de um determinado bem cultural para auxiliar nos processos de pesquisa, exposição e documentação, levando em consideração o significado da obra, a sua vulnerabilidade e a sua reação ao ambiente em que está exposto, tendo como quesito básico a manutenção do bem em sua condição original.

Para Kuhl (2013), nos dias de hoje, a restauração não significa voltar ao passado, para a autora significa:

[...] transformar, pois nada permanece igual a si próprio por tempo indeterminado; o restauro deve, portanto, controlar a transformação para transmitir a obra ao futuro, pautando-se no respeito pela sua conformação, pelos seus aspectos materiais e pela sua transformação ao longo do tempo, para reinseri-la na realidade socioeconômica atual. É, portanto, ato de respeito pelo passado, feito no presente, que mantém, sempre, o futuro no horizonte de suas reflexões. Nas ações de restauro, pelas definições de seu campo disciplinar, não se volta a um estado anterior qualquer da obra; está-se numa determinada situação e endereça-se a outra. (KUHL, 2013, 65-66).

Como podemos observar e, de acordo com Bojanoski (2018), as diversas teorias da preservação de bem culturais não seguem uma única trajetória de forma linear, podendo se modificar através de novos estudos. Tais teorias são, em sua maioria, voltadas para a restauração, mas ao longo do tempo foram se deslocando e se integrando a conservação. As funções e representações do patrimônio foram sendo reformuladas em novos contextos, e os conceitos de preservação, conservação e restauração vêm sofrendo alterações importantes. Atualmente a conservação e a restauração são consideradas “[...] como áreas integradas, complementares e interdependentes e, de forma nenhuma, excludentes” (VACCARO, 1996 *apud* BOJANOSKI, 2018, p. 86).

1.2. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A conservação preventiva é uma área do conhecimento recente, definida como um conjunto de ações que visam interromper o processo de degradação instalado ou não em um determinado acervo por meio de controle ambiental e tratamentos específicos. Na Resolução

adotada pelos membros do ICOM-CC, entende-se que a conservação preventiva está relacionada às ações aplicadas para evitar os processos de deterioração:

Todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência (ABRACOR, 2010, p. 3).

Gäel de Guichen (1995 *apud* ALARCÃO, 2007, p. 10), entende a conservação preventiva como um conjunto de ações que visam assegurar a salvaguarda e aumentar a expectativa de vida do bem cultural ou de uma coleção. Algumas dessas ações podem ser aplicadas de forma direta sobre o objeto, mas, em sua maioria, são aplicadas de forma indireta, atuando sobre o meio ambiente.

Conforme Carvalho (2001, p. 2), a conservação preventiva “[...] trata das causas da degradação dos acervos e sua atuação implica ampliar a perspectiva além do objeto isolado, alcançando o ambiente, a arquitetura, os planos de segurança e manutenção, a maneira de usar as coleções”.

Podemos observar que as definições do conceito de conservação preventiva tratam-se sempre de práticas de proteção adotadas com o objetivo de impedir a deterioração dos bens culturais através de procedimentos e estudos sobre os controles de fontes de degradação.

Caldeira (2006), afirma que foi através do aperfeiçoamento do conceito de restauração que se consolidaram os procedimentos relacionados à conservação preventiva, sucedidos pela responsabilidade social do mundo pós Segunda Guerra Mundial. Pensamento que se relaciona ao de Guichen (2009 *apud* BOJANOSKI, 2018), que associa o surgimento da conservação preventiva a um momento de consciência sobre a preservação do patrimônio cultural que se iniciou por conta das consequências da Segunda Guerra.

Segundo García Fernandez (2013 *apud* BOJANOSKI, 2018), o termo surgiu na década de 1950 através de um grupo de restauradores anglo-saxões que, a partir de estudos, identificaram o aparecimento de agentes de deterioração que afetavam as coleções dos museus, percebendo então a necessidade de criar medidas que visassem assegurar a sobrevivência dos acervos abrigados nestas instituições.

De acordo com Catarina Alarcão (2007) em 1970, quando Gary Thomson começou a perceber os problemas relacionados ao meio ambiente dos museus, evidenciou a importância do controle da temperatura e umidade relativa do ar, iluminação e poluentes que circundam as coleções, tornando-se a prioridade nas instituições museológicas. Em 1990 a conservação

preventiva foi avançando enquanto disciplina, tendo grande desenvolvimento de suas práticas e teorias, tornando-se uma área interdisciplinar que envolve profissionais de diversas áreas para basear seus procedimentos em diferentes conhecimentos científicos.

Os procedimentos de conservação preventiva, além do controle ambiental, abrangem também o transporte, o acondicionamento e o manuseio dos bens culturais, o edifício e os equipamentos. Para Cassar (2013 *apud* FRONER, 2015) a conservação preventiva abrange procedimentos referentes à adequação das condições ambientais, físico-químicas e de gestão onde o objeto se encontra:

[...] parte das relações que envolvem o macroambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do bem cultural, como também políticas correlacionadas ao seu uso e preservação; busca respeitar as especificidades tanto do edifício quanto da coleção sob sua guarda, minimizando ao máximo o impacto das degradações por meio de adoção de alternativas equilibradas que entendam as características do acervo e da arquitetura, principalmente no que tange ao patrimônio edificado que cumpre o papel de museu (FRONER, 2015, P. 116).

Podemos entender que, inicialmente, as ações de conservação preventiva eram associadas aos problemas ambientais, no qual, envolviam o monitoramento da temperatura, da umidade relativa do ar e da pureza do ar. Ao longo do tempo, com a progressiva ampliação dos agentes de deterioração, estas ações foram se intensificando para proporcionar melhores condições aos bens culturais.

2.3 AGENTES DE DETERIORAÇÃO DO PAPEL

Os bens culturais que compõem o patrimônio histórico estão sujeitos aos mais diversos agentes de deterioração. Segundo Castro (2008, p. 12), estes agentes “decompõem a materialidade do objeto cultural e, conseqüentemente, os valores históricos, sociológicos, informacionais e estéticos que lhe são inerentes”. Para compreender os processos de deterioração, especificamente os do papel, é necessário primeiramente que conheçamos como o papel se desenvolveu e o seu processo de fabricação.

O papel é um tipo de suporte de escrita utilizado para o registro de informações que surgiu no ano 105 d.C. na China:

[...] teve sua rota de expansão seguida através da Ásia até o Ocidente pelos mesmos caminhos seguidos anteriormente pela rota da seda e, a partir de Samarcanda, sua expansão chegou a Europa, graças a cultura islâmica. A partir da Europa chegou a América. No século XVII o papel já era conhecido em todo mundo. A invenção da imprensa (os tipos móveis), por Gutenberg, no século XV, foi o ponto de partida para a expansão do uso do papel como

suporte original para a escrita (SPINELLI; BRANDÃO & FRANÇA, 2011, p. 5).

Segundo Jayme Spinelli Junior no texto “A conservação de acervos bibliográficos & documentais” (1997), inicialmente o papel era desenvolvido a partir maceração de restos de tecidos de algodão até ser reduzido em uma massa de fibras misturada com água disposta sobre uma malha feita de bambu. Enquanto a água era drenada ficava sobre a superfície uma fina camada de fibras entrelaçadas sendo denominadas de papel.

No decorrer do tempo, o uso do papel tornou-se bastante comum e com isto surgiu à necessidade de intensificar sua produção, fazendo com que novas matérias-primas e elementos químicos fossem adicionados ao seu processo de fabricação. Tais inovações trouxeram maior facilidade para produzir grande quantidade de papel em menor tempo e de forma econômica, no entanto, também trouxeram problemas no que se refere à qualidade do material que era produzido.

Em 1800, surgiram os primeiros papéis confeccionados a partir de fibras de celulose de madeira, fator que também impulsionou a produção do papel. Porém as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de substância resinosa que com a passar do tempo, confere ao papel características de acidez e tom amarelado, (SPINELLI JUNIOR, 1997).

Tendo em vista a longa evolução de métodos e uso de vários materiais na sua composição, o papel se tornou um suporte vulnerável a diversos processos de deterioração. Como podemos observar, estes processos se iniciam desde o momento de sua fabricação devido ao uso de materiais que comprometem a sua estrutura tornando-o frágil e com pouca durabilidade, sendo então denominados de agentes intrínsecos de deterioração:

Por mais aperfeiçoados que sejam os processos de beneficiamento da polpa de madeira para obtenção e branqueamento da pasta de celulose, sempre deixam resíduos, tanto das substâncias não celulósicas (principalmente a lignina) quanto dos produtos químicos (soda cáustica, sulfeto de sódio, bissulfito de magnésio, cloro e seus derivados e outros). [...] As substâncias aderentes (colas, pastas e gomas) naturais e sintéticas, tanto constituem ingredientes do processo de fabricação de papel quanto da produção documental (inclusive encadernações, colagens de documentos, restaurações). As tintas (caligráficas, de impressão e de carimbos) e seus componentes naturais e sintéticos (corantes, aglutinantes e diluentes) podem transferir para o suporte, substâncias que provocam reações químicas (SILVINO FILHO, 2012, p. 3).

Além dos agentes intrínsecos, existem muitos outros fatores responsáveis pela deterioração do papel como a temperatura, umidade relativa do ar, luz natural e artificial,

poluição do ar, insetos e micro-organismos, manuseio e acondicionamento inadequados, vandalismo e desastres naturais como enchentes, incêndios e a ação do tempo. Estes são considerados os agentes extrínsecos de deterioração, no qual constituem ameaças à integridade do papel de origem física, química, biológica e humana:

Os fatores extrínsecos, ou externos, de deterioração de documentos são decorrentes de agentes físicos, químicos, biológicos e acidentais. Tais agentes se manifestam diante da falta de profissionalismo, da negligência gerencial, do descaso no trato com bens culturais permanentes, das incorreções administrativas; enfim, no seu conjunto, da falta de vontade política de todos aqueles que, em posição de destaque dentro do sistema sócio-cultural-educacional, direta ou indiretamente, são responsáveis pela gestão e preservação de acervos documentais de guarda permanente (SILVINO FILHO, 2012, p. 3).

Os agentes extrínsecos de deterioração são de naturezas diversas e proporcionam diferentes patologias ao papel. As práticas de conservação preventiva são mais direcionadas para combater estes agentes, pois estes agem indiretamente sobre o papel e o controle permanente desses fatores pode estabelecer ações decisivas para a sua preservação.

1.3.1. AGENTES FÍSICOS

Os agentes físicos correspondem aos problemas ligados à umidade relativa do ar, à temperatura e à iluminação dos espaços de guarda. A umidade e a temperatura contribuem significativamente para a deterioração do papel, pois quando encontram-se em excesso causam alterações estruturais nos suportes documentais diminuindo sua resistência:

As variações de umidade e temperatura submetem os suportes gráficos da documentação a movimentos de estiramento e de contração de acordo com o maior ou menor nível desses parâmetros, respectivamente. Além disso, esses fatores climáticos são responsáveis pelo desenvolvimento de micro-organismos e insetos, inclusive, por vezes roedores (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 27).

Quando a umidade está em excesso favorece o escurecimento do papel e o aparecimento de manchas formadas pela ação de micro-organismos e ocasionadas pela oxidação das substâncias metálicas contidas no papel e na tinta, os documentos impressos e manuscritos apresentam borrões de tintas, desprendimentos de adesivos e aparecimentos de manchas. Altas taxas de temperaturas ocasionam alterações das cores, acelera a degradação química e propicia a proliferação de micro-organismos e insetos no acervo. Para climas tropicais, os valores de umidade e temperatura devem situar-se em 60% e 24°C para melhor convivência do acervo com o ambiente

Para Cassares & Moi (2000), toda fonte de luz emite radiação nociva aos papéis que provoca danos através da oxidação, tornando-os frágeis, quebradiços, amarelecidos e escurecidos. Estes efeitos são considerados em função do tempo de exposição e do nível da iluminação sobre o acervo, tendo como elemento principal a radiação ultravioleta (UV):

O componente da luz que mais merece atenção é a radiação ultravioleta (UV). Qualquer exposição à luz, mesmo que por pouco tempo, é nociva e o dano é cumulativo e irreversível. A luz pode ser de origem natural (sol) e artificial, proveniente de lâmpadas incandescentes (tungstênio) e fluorescentes (vapor de mercúrio). Deve-se evitar a luz natural e as lâmpadas fluorescentes, que são fontes geradoras de UV (CASSARES & MOI, 2000, p. 15).

O efeito da radiação ultravioleta sobre o papel é irreversível e pode se prolongar mesmo após a incidência direta da luz. A iluminação artificial fragiliza os materiais constitutivos do papel promovendo a aceleração do processo de envelhecimento.

1.3.2. AGENTES QUÍMICOS

O ar contém uma série de gases e partículas que comprometem a estrutura dos acervos constituídos por papéis. Os agentes químicos que contribuem para a deterioração do papel estão ligados aos poluentes ambientais como os gases e as partículas sólidas que são gerados pelo próprio ambiente interno ou pelo ambiente externo. Segundo Spinelli Júnior (1997) os poluentes que mais se destacam é a poeira e os gases ácidos como os produzidos por automóveis e indústrias.

A proporção destes agentes depende das condições climáticas, do entorno e das instalações onde está abrigado o acervo. Os gases poluentes “podem manchar, corroer e até desintegrar objetos quando próximos ou em contato direto com materiais sensíveis” (D’ALAMBERT; MONTEIRO & FERREIRA, 1998, p. 27).

O acúmulo de poeira sobre os documentos pode atuar com a presença de umidade excessiva e acelerar o processo de deterioração do papel devido à presença de ácidos contidos, comprometendo a integridade das coleções, causando manchas e escurecimento e alterando e a sua resistência, além de criar condições favoráveis ao desenvolvimento de micro-organismos.

1.3.3. AGENTES BIOLÓGICOS

Segundo Spinelli Júnior, “[...] dentre os agentes de degradação de acervos documentais, os agentes biológicos, notadamente insetos, fungos e roedores, constituem certamente

ameaças sérias devido aos danos que podem gerar por vezes irreparáveis” (SPINELLI JÚNIOR, 1997, p. 28). Estes agentes proliferam-se na maioria das vezes devido à falta de cuidados das condições ambientais e ao excesso de umidade e temperatura onde o acervo está armazenado, e o papel, por sua composição a base de celulose e colas de origem vegetal e animal acaba se tornando uma fonte de alimento para estes agentes.

Países de clima tropical possuem mais problemas com insetos xilófagos, em função do clima quente e úmido que favorece a proliferação desses organismos. Os ataques de insetos e roedores são identificados por perda do suporte e presença de manchas de excrementos. Os fungos se desenvolvem facilmente em ambientes de temperatura elevada associadas a altas taxas de umidade relativa do ar, falta de ventilação e presença de alimentos. Estes enfraquecem a fibra da celulose e segregam pigmentos que causam manchas de difícil remoção no papel (D’ALAMBERT; MONTEIRO & FERREIRA, 1998).

1.3.4. AGENTES MECÂNICOS

A ação direta do homem é um dos principais agentes de deterioração dos bens culturais, como o manuseio inadequado que é bastante frequente em qualquer tipo de acervo, catástrofes ocasionadas por vandalismos e incêndios causados por acidente, ou de forma proposital, ou por falta de segurança e manutenção.

Dentre os agentes mecânicos encontram-se também o acondicionamento e a exposição inadequada dos documentos que podem trazer sérios danos e prejuízos ao seu suporte.

1.4 PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

De acordo com Solange Sette G. de Zúñiga (2002), nos dias de hoje, os profissionais destinados a trabalhar com a preservação do patrimônio, devem ser capazes de ver cada bem cultural como parte de um sistema de elementos que determinam o seu estado de conservação. Este sistema compreende o acervo desde as características da sua composição até o edifício, os espaços de guarda e os materiais onde estão acondicionados, levando em conta, o mobiliário e as condições ambientais do espaço.

Para a autora, para se ter o controle do estado de conservação de um determinado bem, é necessário conhecer todos estes elementos citados acima a partir da elaboração de um programa de preservação. Zúñiga (2002) refere-se a este programa como uma ferramenta que possibilita criar medidas de preservação no âmbito institucional:

[...] um instrumento de planejamento capaz de operacionalizar objetivos e políticas, equacionando as necessidades de recursos humanos ou de equipamentos, levantando os custos necessários, estabelecendo prioridades e organizando-as em um cronograma de trabalho, a curto, médio e longo prazo, capaz de entender a instituição como um todo (ZÚÑIGA, 2002, p. 75).

Este programa pode ser entendido como um plano de conservação preventiva, que segundo Carvalho (2001) durante o Curso Regional de Programação da Conservação Preventiva em Instituições, promovido pelo ICOM, realizado em Havana em setembro de 2000, foi definido da seguinte forma:

É a concepção, coordenação e execução de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas no tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar com o consenso da comunidade a fim de preservar, resguardar e difundir a memória coletiva no presente e projetá-la para o futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar a qualidade de vida (CARVALHO, 2001, p. 2).

Albertina Otávia Lacerda Malta (2014), afirma que o plano de conservação preventiva possibilita identificar as causas de deterioração do acervo para projetar soluções visando eliminar ou diminuir seu impacto sobre os objetos. Do mesmo modo que para Cassares & Moi (2000), no qual, afirmam que o plano possibilita conhecer o acervo e o seu comportamento diante dos fatores de deterioração aos quais se encontram expostos e, estabelece critérios para combatê-los.

Na publicação sobre plano de conservação preventiva do Instituto Português de Museus (2007), consta que para a elaboração das normas e procedimentos do plano, é necessário primeiramente caracterizar o edifício da instituição, o acervo, os recursos existentes, as atividades desenvolvidas e o seu público. Através desta caracterização, é possível fazer uma análise sobre os fatores de riscos que circundam o acervo para criar as estratégias que proporcionem a sua estabilidade.

A análise desses fatores de risco pode ser entendida como a etapa do diagnóstico, que para Froner (2015), é entendido como uma estratégia de avaliação das coleções, no qual, fornece informações indispensáveis sobre os problemas que afetam acervo e o edifício. A base principal do diagnóstico de conservação é o monitoramento do clima, abrangendo a temperatura, a iluminação, a umidade e a poluição, que são os elementos considerados como agentes de deterioração.

O diagnóstico deve partir do levantamento de informações sobre as características construtivas da instituição, reconhecendo o ambiente e o clima da região onde está localizada.

Para Silmara Küster de Paula Carvalho:

[...] é preciso verificar o tipo dos objetos culturais pertencentes ao museu em estudo, observar se a localização destes objetos dentro do museu é a mais adequada em função do seu tipo, verificar se a incidência solar é direta, iluminação apropriada e renovação do ar.

É fundamental identificar quais os fatores que afetam a conservação as coleções [...]. Somente através de um estudo consciencioso será possível estabelecer diretrizes e mudanças que venham garantir a estabilidade das coleções (CARVALHO, 2005, p. 36).

Entendemos que, a partir deste diagnóstico, é possível pensar numa tomada de decisões, implicando na adoção de medidas como uso de equipamentos para controle ambiental, mudança de espaço e mobiliário, abertura e fechamento de janelas, entre outras, além de definir prioridades para as situações mais problemáticas.

Froner (2015), afirma que:

Um projeto inteligente e estratégico é aquele que reúne os quesitos necessários à preservação: documentação, acondicionamento, adequação ambiental, plano de manutenção do edifício, plano de vistoria, controle de ataque biológico, protocolos de manipulação (FRONER, 2015, p. 120).

Segundo Zúñiga (2002), para um plano abranger todos estes quesitos, é necessário que seja elaborado por meio de um processo coletivo, possibilitando uma socialização do corpo institucional. Assim, entende-se que as instituições devem sempre buscar alternativas para minimizar os processos de degradação, através do engajamento de profissionais de diversas áreas, como arquitetos, engenheiros, químicos, restauradores, museólogos, entre outros, compreendendo a interdisciplinaridade como parte fundamental deste processo.

Por fim, compreendemos que um plano de conservação de preventiva busca, principalmente, reunir propostas de preservação que possibilitem as instituições a dar pleno acesso às informações contidas em seu acervo. Além de ser entendido como parte integrante das funções institucionais, mesmo que, na maioria das vezes, seja considerado como uma proposta inalcançável, visto às dificuldades financeiras enfrentadas por muitas instituições no Brasil. Porém, é necessário compreender que, acima de tudo, o plano possibilita que a sua comunidade envolvente aja de forma mais consciente e contribua intensamente para a preservação do seu patrimônio.

2. O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA E O PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO CEC

2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA

O Colégio Estadual da Cachoeira se trata de umas das primeiras escolas da Bahia a oferecer ensino médio a seus alunos. Telma da Silva Barbosa (2003) em sua dissertação de mestrado intitulada como “Memorial do Colégio Estadual da Cachoeira: Contribuição para um estudo sobre a História da Educação na Bahia”, afirma que o CEC foi fundado no ano de 1928 como a Escola Primária de Ensino Superior, ficando situada na Rua 13 de maio, onde hoje se encontra a sede da Fundação Hansen Bahia. De acordo com o texto do Projeto de Convênio de cooperação técnica entre a UFRB e o CEC (2018), a Escola Primária foi fundada pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971), no qual foi inaugurada nos últimos dias do Governo Góes Calmon:

Era um estabelecimento modelar, pioneiro, que o governo do Estado pretendia expandir para todo o Estado e desenvolver, assim, a área educacional. O modelo de escola implantado em Cachoeira já era uma proposta pedagógica inovadora, que mesclava em tempo integral ensinamentos práticos ao ensino teórico, dando aos alunos também noções de cidadania, partindo da concepção de que o ensino público de qualidade era o instrumento para se atingir a democratização da sociedade (PROJETO DE CONVÊNIO UFRB-CEC, 2018, p. 1).

Em 1936, a Escola Primária foi substituída pela Escola Profissional da Cachoeira, oferecendo cursos de marcenaria, entalhes e tipografia. As mudanças econômicas e políticas que ocorriam no Brasil naquela época provocaram a adequação da Escola Profissional às propostas da Lei Orgânica de Ensino Industrial (1942). No ano de 1943, a partir do Decreto-Lei nº 12.769-A 09/06/1943 assinado pelo Interventor Federal Renato Aleixo, a Escola Industrial da Cachoeira foi registrada (BARBOSA, 2003).

Em 1948, a Escola Industrial assume uma nova reforma quando é criada uma Cooperativa Escolar na nova gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Estado da Bahia:

[...] na Ata escrita na Assembléia de constituição da Sociedade Cooperativa Ginásio da Cachoeira Responsabilidade Ltda, lê-se que esta Sociedade foi criada no dia 14 de setembro de 1948, às 20:00 h, no salão da Escola Industrial de Cachoeira, situada à rua 13 de maio n.13, no Município de Cachoeira – BA, vindo a estabelecer-se e funcionar, neste mesmo prédio,

promovendo uma complementação escolar necessária aos desígnios contidos em Lei (BARBOSA, 2003, p. 57).

Ainda de acordo com Barbosa (2003), em 1954, esta Cooperativa tornou-se o Ginásio Estadual da Cachoeira, passando a funcionar como uma instituição oficial do Estado inaugurada no atual prédio da escola situada na Praça Ariston Mascarenhas S/N. Na época, no endereço onde hoje funciona o CEC, situava-se a Chácara Pitanga, um antigo imóvel que foi demolido para a construção do Ginásio, sendo Ernesto Simões Filho o responsável pela liberação da verba para a sua construção, iniciada em 1952:

Com a oficialização do Ginásio e aquisição de prédio próprio em 1954, o Ginásio da Cachoeira dará conta do ensino público, no nível e secundário, no 1º ciclo ginásial, em 04 séries anuais, e o ensino normal. Este curso era oferecido mediante cobrança de mensalidade sob a responsabilidade da Sociedade Cooperativa (BARBOSA, 2003, p. 78).

O prédio sede do Ginásio foi batizado com o nome do padrinho de sua criação: Pavilhão Ernesto Simões Filho (fig. 1).



Figura 1 – Construção do Pavilhão Ernesto Simões Filho em fase de acabamento– Ano 1952
Fonte: Arquivo do CEC

O Pavilhão Rômulo Galvão, foi anexado ao Ginásio após a construção do Pavilhão Ernesto Simões Filho, onde funcionava a Escola de Aplicação de curso primário e a banda do colégio, já o Pavilhão Navarro de Brito sendo construído anos depois da inauguração do Ginásio¹ (fig.):

¹Informações obtidas através de relatos do atual diretor do CEC, Fábio Santos Macedo.



Figura 2 - Construção do Pavilhão Rômulo Galvão em fase de acabamento – s/d
Fonte: Arquivo do CEC

Ao longo do tempo, outros desdobramentos ocorreram através de alterações nas leis educacionais, no qual, o Ginásio foi se adaptando às necessidades da comunidade que era destinado, provocando mudanças no seu currículo e até mesmo a modificação do título de Ginásio para Colégio:

O Ginásio da Cachoeira se apresentará com um perfil-status de Colégio a partir de 1965 sendo ainda redefinido em 1971. Inaugura como instituição pública de 2º grau um novo modelo de Educação, contemplando assim os anseios por formação profissional de nível médio das comunidades do Município e cidades circunvizinhas. Esse Colégio sofrerá outra reforma curricular em 1977, tendo em vista processo instaurado em 29/11/749, pela dirigente da escola Profa. Iolanda Pereira quando solicita a instalação de novos cursos e mudanças na grade curricular. Esse processo passa pela Câmara de Ensino de 1º e 2º graus (Processo: CEE-369/75), e é aprovado pelo conselho Pleno em sessão de 14.03.77, gerando a Resolução n. 359 (D.O., de 06 de julho de 1977, p.11-12), que “Autoriza o funcionamento de curso de 2º Grau com as habilitações que especifica – Colégio Estadual de Cachoeira – Cachoeira” (BARBOSA, 2003, p. 89-90).

Murilo Pinto Silva Santos (2013) afirma que:

Essa unidade escolar tem como objetivo primordial, estabelecido através do seu Projeto Político Pedagógico – PPP (2012): “Assegurar um ensino de qualidade, visando à formação do cidadão crítico responsável, preparando-o para atuar de forma participativa na construção de uma sociedade mais justa” (SANTOS, 2013, p. 65).

Atualmente, o CEC proporciona cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante para a comunidade cachoeirana, assim como, para as pessoas residentes na zona rural do município, possuindo uma função social de estímulos para a região do Recôncavo Baiano.

2.2 PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS ESCOLARES

Os arquivos escolares são entendidos como locais de guarda de documentos probatórios que diz respeito à vida escolar do aluno e ao desenvolvimento e funcionamento da instituição ao longo do tempo. Segundo Ruy Hermann Araújo Medeiros (2003):

Os arquivos escolares têm finalidade e funções diversas. Seus documentos são meios de prova de direito de pessoas ou da administração.

Com os arquivos escolares, a administração, terá informações, por exemplo, da evolução do oferecimento de vagas, de repetência, de evasão escolar, etc, e, com base em seus informes, aquela poderá adotar medidas de planejamento para oferecimento do serviço público de educação, ou para sanar situações, atender demanda, resolver carências.

[...] são fontes da história, manifestação ou representação da memória. E aí há um mundo a explorar: finalidades científicas, didáticas, culturais, artísticas, políticas, biográficas, etc (MEDEIROS, 2003, p. 5).

Nailda Marinho da Costa Bonato (2005), afirma que o acervo de um arquivo escolar é constituído pelas atividades administrativas desenvolvidas através da produção de documentos pela secretaria e pelas práticas pedagógicas que fazem parte dos materiais relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem. Ou seja, o acervo de um arquivo escolar, consiste no resultado das atividades desenvolvidas pela comunidade que participa do funcionamento da instituição registrando o seu cotidiano em documentos.

Luciane Flores (2014) aponta alguns dos documentos mais comuns em arquivos escolares como os regulamentos, livros de atas, diários de classe, livros de ponto, fichas de matrícula, históricos escolares, entre outros. Para a autora, cada documento possui um significado diferente, mas que se relacionam entre si, como os históricos escolares que comprovam a vida escolar do aluno e as atas de resultados finais que correspondem ao registro do aproveitamento individual de cada aluno, onde a exatidão de um documento dará segurança para autenticação do outro.

Medeiros (2003), diz que os arquivos escolares possuem um importante valor informativo para a administração pública para prestar contas de atividades, analisar desempenho da instituição e fazer planejamentos. Segundo o autor, os documentos de arquivos escolares, além de servirem à administração, servem para reconstruírem o processo histórico da instituição por possuírem também valor histórico – cultural, servindo como fontes de pesquisa:

Diante dos arquivos escolares a imaginação e o trabalho científico irão explorar inúmeras possibilidades: Construirão biografias escolares; elaborarão sucessivos conceitos de cultura ou de educação sistemática;

esclarecerão a didática viva; discutirão formas de ensino dominantes em cada época; dirão como a escola estava inserida na comunidade, etc, etc. Não faltarão aqueles pesquisadores que, diante de um fato informado, fazem um desvio em sua pesquisa: Há uma falta em massa de alunos à escola. O que teria ocorrido naquela cidade, no início dos anos 20 do Século XX, que determinou evasão temporária e, para outros, evasão definitiva? [...] (MEDEIROS, 2003, p. 6).

Ainda de acordo com Medeiros (2003), os arquivos escolares são portadores de memória coletiva e individual da educação, assim como do papel, da letra, da pena, da tinta, entre outros. Assim, podemos entendê-los também como lugares de memória, estes, por sua vez, são entendidos como:

[...] órgãos públicos ou privados, instituídos sociais, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos (FRAGOSO, 2009 *apud* CANTALICE, 2014, p. 19).

A partir destas reflexões, percebemos a importância dos arquivos escolares para múltiplas possibilidades de pesquisa em vários seguimentos, sendo fundamental a sua preservação para possibilitar o acesso à informação e para salvaguardar a memória que representa a história da instituição.

Sabemos que, muitos documentos de arquivos escolares, são armazenados de forma inadequada, pela falta de qualificação dos profissionais destinados aos cuidados das documentações, além de estarem sujeitos aos agentes de deterioração que podem ocasionar a perda de informação do suporte. Neste sentido, a adoção de práticas de preservação nestes espaços se faz necessária para auxiliar nos cuidados com o acervo e buscar interromper o processo de deterioração nele instalado, através de ações que devem fazer parte do cotidiano da instituição.

Assim, entendemos que a preservação se faz essencial em todos os tipos de arquivos, pois todos estes possuem inúmeras fontes de conhecimento para variadas áreas da pesquisa. O papel da preservação em arquivos é possibilitar que a instituição e a sua comunidade envolvente conheçam a memória e a história existentes nos documentos para construírem sua própria identidade.

2.3. O PROJETO DE DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA

O Colégio Estadual da Cachoeira possui um arquivo escolar composto por um acervo com mais de 100 mil documentos com variadas tipologias, que possuem inúmeras fontes de conhecimento para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à história do município de Cachoeira e à evolução da educação na Bahia.

Ciente da relevância deste acervo para a comunidade de Cachoeira, Anderson Luís de Jesus Pinto, ex-aluno do CEC e atual estudante do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, após uma conversa sobre o estado de conservação do referido acervo com a museóloga Ana Paula Soares Pacheco, na época professora da UFRB, surgiu a ideia de elaborar um projeto que contribuísse para a formação de conhecimento acerca da documentação museológica e da conservação preventiva, tendo como principais objetivos facilitar o acesso à informação e possibilitar o prolongamento da vida útil dos documentos para preservar a memória institucional, além de possibilitar formação profissional aos discentes do curso de graduação em Museologia.²

Para a elaboração deste projeto, foi necessária a autorização do professor Flávio Almeida dos Anjos, na época diretor do colégio, que ao aprovar a ideia, permitiu, em 2013, a realização de um convênio de cooperação técnica entre o CEC e a UFRB, assim efetivando as atividades do “Projeto de pesquisa: Documentação Museológica e Conservação Preventiva do acervo em suporte de papel do Colégio Estadual da Cachoeira” sob coordenação da museóloga Ana Paula Pacheco e vice-coordenação do Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes.

A museóloga relata que as maiores dificuldades encontradas para a continuação do projeto na época, foram coordenar 38 alunos do curso de Museologia da UFRB que estavam participando no início do projeto, e lidar com a ausência de materiais para realização dos procedimentos de conservação, problemas estes que permanecem até os dias atuais.

A partir de 2016, o projeto passou a ser coordenado pelo professor Luydy Fernandes, tendo como vice-coordenadora Ritta Maria Morais Correia Mota, na época técnica em restauração da UFRB. Entendendo que o projeto destinava-se a uma instituição arquivística e não a uma instituição museológica, o projeto passou a se chamar “Projeto de pesquisa: Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira”,

² Informações obtidas através de questionário respondido pela Museóloga Ana Paula Soares Pacheco em anexo.

contemplando apenas algumas das etapas da documentação museológica como planilha de arrolamento e catalogação do acervo.

Como os documentos do arquivo do CEC são consultados frequentemente pela secretaria da escola que os utilizam com a finalidade de certificar alunos e aposentar servidores, houve a necessidade de um diálogo com os funcionários da secretaria do CEC para a elaboração de uma nova metodologia onde as atividades do projeto fossem redimensionadas para se adequarem à realidade institucional, tendo como metas: treinamento dos alunos do curso de graduação em Museologia, organização do acervo por ordem alfabética e critério cronológico, diagnóstico individual de cada documento, práticas de conservação, digitalização do acervo e inserção dos discentes do ensino médio do CEC nas atividades do projeto. (PROJETO DE CONVÊNIO UFRB-CEC, 2018).

Com as metas definidas, a nova coordenação do projeto procurou, primeiramente, conhecer a instituição e entender a relação da comunidade CEC com o arquivo. Em sequência, buscou-se avaliar os locais de guarda do acervo, analisando o acondicionamento e identificando os fatores que representam riscos aos documentos. A partir de então, elaborou-se a ficha individual de identificação e de diagnóstico para cada documento, visando atender as necessidades da documentação museológica e da conservação preventiva, e posteriormente, começaram a serem executados os procedimentos de conservação.

Tais procedimentos foram adotados de acordo com a realidade financeira da instituição, correspondendo a investimentos de baixo custo que ajudam a minimizar os efeitos do processo de deterioração do acervo. Estes procedimentos consistem em: diagnóstico, higienização com trincha e pó de borracha e remoção de materiais metálicos e adesivos, costuras em diários de classe, planificação de documentos avulsos, acondicionamento utilizando papel neutro para cada documento e tratamento de fotografias.

Desde a sua criação até os dias atuais, o projeto tem avançado de forma paulatina devido à falta de recursos e materiais para a realização das atividades e por conta do baixo número de estudantes integrados ao projeto. No início de 2018, o projeto contava com 10 integrantes, sendo 4 alunos bolsistas vinculados ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ) da UFRB. Ao longo do ano, este número cresceu consideravelmente visto o desenvolvimento de minicursos e oficinas ministrados pela restauradora Ritta Maria com o objetivo de instruir e capacitar os discentes a exercerem as atividades do projeto, o que instigou o interesse de vários alunos na participação do Projeto CEC. No entanto, em outubro de 2018, com a saída de Ritta Maria da UFRB, o número de integrantes vem diminuindo cada

vez mais, contando, atualmente, com a participação ativa de 2 alunos, que vêm desenvolvendo apenas procedimentos de higienização e organização do acervo.

Até o momento foi realizado pelo projeto a organização dos documentos das salas de guarda, no qual foram classificados por coleções e serão apresentados no próximo capítulo; cerca de 300 pastas de alunos passaram pelo processo de higienização e acondicionamento, assim como fotografias e mais de 3.000 diplomas e históricos escolares; 605 diários de classe foram costurados, higienizados e acondicionados; 124 livros pautados passam pelo processo de conservação e diversos documentos avulsos estão passando pelo processo de organização.

3. PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA

A estrutura do plano de conservação preventiva do acervo do CEC foi baseada na publicação “Plano de conservação preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos” do Instituto Português de Museus (2007), sendo dividido em três núcleos:

- I. Caracterização: a caracterização permite identificar os principais factores intervenientes numa instituição museológica, considerando o edifício e a sua envolvente [...].
- II. Avaliação de riscos: A avaliação de riscos é possível mediante o conhecimento detalhado de cada situação. A posse de dados concretos permite elaborar uma estratégia de conservação preventiva de forma a minimizar os factores de degradação e a eliminar ou a bloquear alguns desses riscos.
- III. Normas e procedimentos: As normas e procedimentos de conservação preventiva são o conjunto de orientações e boas práticas destinadas a garantir a preservação e protecção do património cultural (IPM, 2006, p. 8).

Para auxiliar na construção do plano e para complementar as informações de cada núcleo, foram utilizadas outras publicações, como o “Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva” de Luiz Antônio Cruz Souza, Alessandra Rosado e Yacy-Ara Froner (2008) e o Projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa de Cláudia Rodrigues Carvalho (2001).

3.1 CARACTERIZAÇÃO

3.1.1 O COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA: LOCALIZAÇÃO, ENTORNO E DIVISÃO ESTRUTURAL

O Colégio Estadual da Cachoeira está localizado na cidade de Cachoeira. Cidade histórica situada no Recôncavo Baiano a cerca de 110 km de Salvador, encontra-se geograficamente dentro de um vale à margem esquerda do Rio Paraguaçu e próxima à Barragem da Pedra do Cavalo (fig. 3).



Figura 3 - Localização geográfica do CEC na cidade de Cachoeira. Ano – 2018
Fonte: Google Maps

O CEC encontra-se no bairro da Pitanga na Praça Ariston Mascarenhas, bairro que é cortado pelo Rio Pitanga que margeia toda a extensão do lado direito do prédio principal do CEC e vai de encontro ao fundo do prédio anexo da escola (fig. 4).



Figura 4 - Planta do CEC: localização do Rio da Pitanga e BR-420– Ano 2018
Foto: Renata Teles (Arquivo pessoal de Anderson Luís)

No entorno do CEC há casas e comércios, e a movimentação do trânsito é intensa devido à escola estar localizada em frente à entrada de acesso à cidade na BR-420 (fig. 4) que liga o município à capital baiana. Na parte externa e ao fundo do colégio há algumas áreas de vegetação com árvores altas e grama nos pátios (fig. 5).



Figura 5 - Áreas com vegetação no entorno do Pavilhão Ernesto Simões Filho – Ano 2018
Foto: Renata Teles

O colégio, desde a sua inauguração, passou por poucas reformas estruturais. A última reforma geral que o CEC recebeu foi no ano de 1992 (fig. 6) que segundo o atual diretor, Fabio Santos Macedo, se tratou apenas de uma reforma parcial, como reformas hidráulicas e elétricas, troca de telhado e pintura, não havendo alterações na estrutura dos prédios. Foi constatado que nos últimos anos a escola recebeu apenas pinturas em alguns espaços.

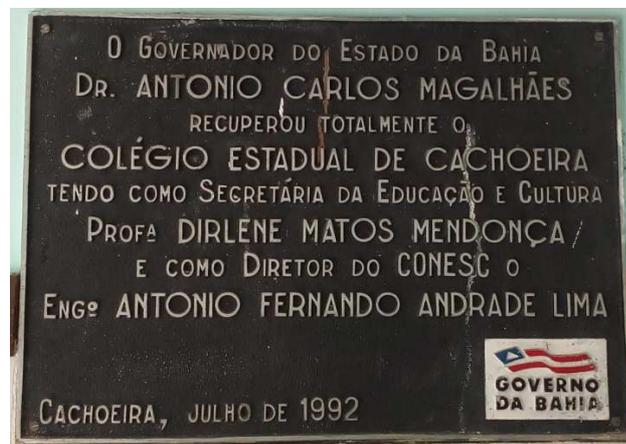


Figura 6 - Placa sinalizando última reforma geral no CEC no ano de 1992 – Ano 2018
Foto: Renata Teles

Atualmente, a escola encontra-se com a mesma estrutura de sua inauguração, sendo dividida em três pavilhões (fig. 7). O Pavilhão Rômulo Galvão; o Pavilhão Ernesto Simões Filho e o Pavilhão Navarro de Brito³.

³O foco principal deste trabalho será apenas o pavilhão Ernesto Simões Filho e o Rômulo Galvão, pois são os prédios que abrigam as salas do arquivo escolar do CEC.

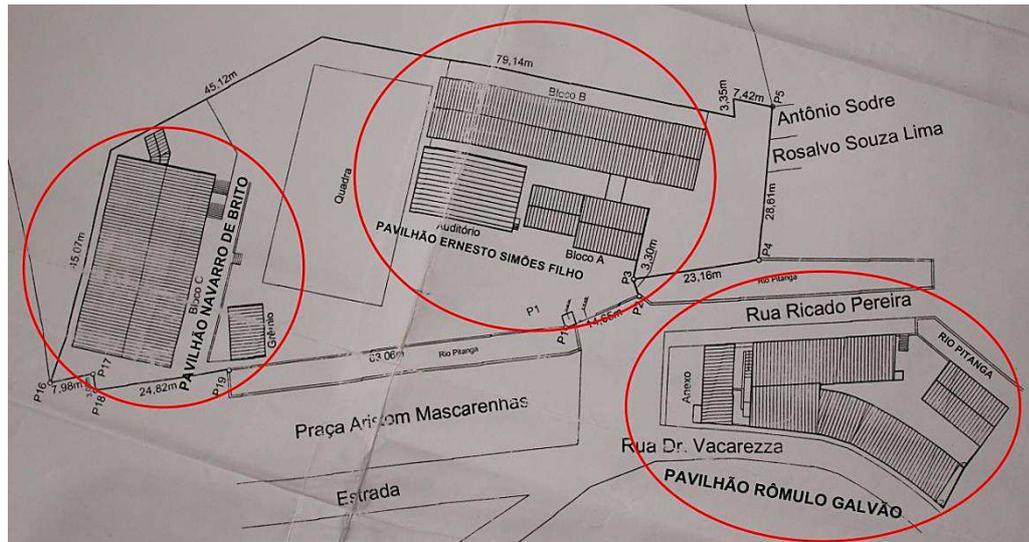


Figura 7 - Divisão estrutural do CEC – Ano 2018
Foto: Renata Teles (Arquivo pessoal de Anderson Luís)

O Pavilhão Ernesto Simões Filhos (fig. 8), considerado o prédio principal da escola foi inaugurado em 19 de setembro de 1954. Está localizado em um conjunto cercado por um muro onde está situada a quadra poliesportiva e o Pavilhão Navarro de Brito. O pavilhão abriga no térreo a sala da direção, da vice direção e dos professores, auditório, banheiros, salas de aula e arquivo escolar. O primeiro andar abriga salas de aula, banheiros, a biblioteca e um antigo depósito do arquivo escolar. Todas as salas deste Pavilhão estão em uso.



Figura 8 - Fachada do CEC e ao fundo prédio do Pavilhão Ernesto Simões Filho – Ano 2018
Foto: Renata Teles

O Pavilhão Rômulo Galvão está anexado em frente ao prédio principal do CEC entre a Rua Ricardo Pereira e a Rua Dr. Vacarezza (fig. 9). Atualmente, o pavilhão tem sido pouco utilizado, pois algumas áreas do prédio encontram-se em situação de emergência, como a biblioteca do colégio que era abrigada neste local e por conta de infiltrações no teto foi transferida em 2018 para uma sala no primeiro andar do Pavilhão Ernesto Simões Filho. Além

da sala da biblioteca, mais duas salas foram interditadas no primeiro andar, pois o teto também se encontra comprometido por infiltrações.



Figura 9 - Pavilhão Rômulo Galvão – Ano 2018
Foto: Renata Teles

As demais salas que ainda estão em uso são consideradas relativamente seguras. No térreo são utilizadas 7 salas, 1 como laboratório de química, 1 como dispensa, 2 como depósito de materiais da escola, 1 sala para ensaios da fanfarra, 1 para realização de oficinas e 1 como sala do arquivo escolar. No primeiro andar são utilizadas 2 salas, 1 para o Programa Mais Educação e 1 sala onde são realizadas as atividades do Projeto de documentação e conservação preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira, além do uso de dois banheiros.

O acervo do arquivo escolar do CEC está dividido em três salas guarda, sendo duas salas localizadas no Pavilhão de aulas Ernesto Simões Filho, uma no térreo identificada como Arquivo Inativo (sala 1) (fig. 10) e uma no primeiro andar identificada como um antigo depósito (sala 2) (fig. 11). No Pavilhão Rômulo Galvão encontra-se a terceira sala identificada como sala de música da BAMCEC (Sala 3) (fig. 12), além da sala de trabalho do Projeto CEC localizada no primeiro andar do mesmo pavilhão⁴.

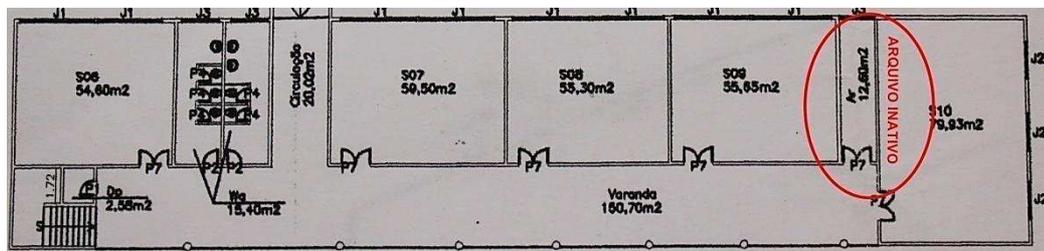


Figura 10 - Planta baixa do Pavilhão Ernesto Simões Filho (térreo)
Localização da sala de guarda 1 – Ano 2018

Foto: Renata Teles (Arquivo pessoal de Anderson Luís)

⁴Não há planta baixa do primeiro andar do Pavilhão Rômulo Galvão para indicar a localização da sala de trabalho do Projeto CEC.

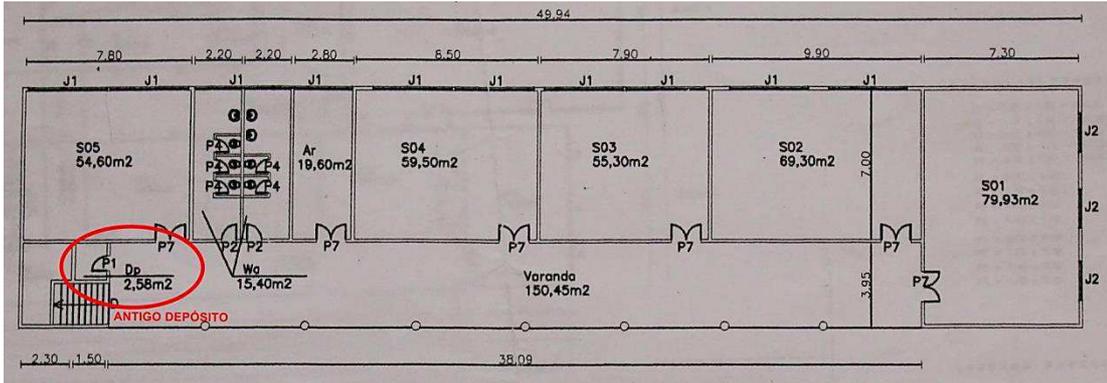


Figura 11 - Planta baixa do Pavilhão Ernesto Simões Filho (1º andar)
Localização da sala de guarda 2 – Ano 2018
Foto: Renata Teles (Arquivo pessoal de Anderson Luís)



Figura 12 - Planta baixa do Pavilhão Rômulo Galvão (térreo)
Localização da sala de guarda 3 – Ano 2018
Foto: Renata Teles (Arquivo pessoal de Anderson Luís)

A sala 1 (fig. 13) é destinada à guarda dos documentos mais antigos da escola, correspondendo a um espaço bastante pequeno e estreito com tamanho médio de 1,4m x 2,1m, com uma porta de acesso e uma pequena janela vedada que transmite um pouco de iluminação natural. O espaço está organizado em estantes de madeira posicionadas uma em frente à outra, escoradas com um pedaço de madeira para mantê-las firmes e seguras na parede; e armários de metal, mesas e cadeiras de metal e de plástico posicionados um do lado do outro.



Figura 13 - Sala 1 – Ano 2018
Foto: Renata Teles

A sala 2 corresponde a uma área de 2,0 m x 2,0 m organizada com duas estantes de metal, possuindo uma porta de acesso e uma abertura para ventilação. Esta sala era identificada como um antigo depósito onde parte do acervo era armazenada em condições inadequadas (fig. 14). Em 2017, a partir de um mutirão organizado pelos integrantes do projeto CEC, o depósito foi transformando em sala de guarda para abrigar as coleções que passam por tratamento de conservação (fig. 15) através do projeto. A documentação que estava abrigada nesta sala foi colocada em caixas de papelão forradas com papel ofício A2 e foram transferidas para a sala 3.



Figura 14 - Sala 2 em 2017
Ano 2017 / Foto: Ritta Maria



Figura 15 - Sala 2 atualmente - Ano 2018
Foto: Renata Teles

A sala 3 (fig. 16) está localizada em uma área de maior dimensão onde são guardadas as documentações que estão sendo produzidas nos últimos anos. O espaço desta sala corresponde a um salão de grande extensão demarcado com divisórias de madeira prensada (Eucatex). A sala está organizada em estantes de metal e além dos documentos da escola, abriga também um piano que se encontra sem cuidados de conservação (fig. 17). Possui uma porta de acesso, duas janelas vedadas e dois ar-condicionados.



Figura 16 - Sala 3 – Ano 2018
Foto: Renata Teles



Figura 17 - Piano encontrado na sala 3 – Ano 2018
Foto: Renata Teles

No período de 2013 a 2017 as atividades do projeto CEC eram desenvolvidas na biblioteca do colégio quando ainda fazia parte do Pavilhão Rômulo Galvão. O espaço era considerado inadequado, pois além de não fornecer condições apropriadas para a realização

das atividades, outras atividades da escola eram desenvolvidas no mesmo local. Somente no ano de 2018, a escola cedeu uma sala ao projeto destinada exclusivamente para o tratamento de conservação do acervo.

A sala corresponde a um espaço amplo com uma entrada de acesso e duas janelas (fig. 18). Está organizada com mesas, cadeiras, armários de metal e mapotecas. As mesas são utilizadas para a realização dos procedimentos de conservação e são ordenadas de acordo com cada atividade. Os armários são destinados à guarda temporária de algumas documentações e dos materiais de expedientes do projeto, e as mapotecas são utilizadas para a guarda temporária de encadernações que passam por tratamento de conservação.



Figura 18 - Sala de trabalho do Projeto - Ano 2018
Foto: Renata Teles

3.1.2 O ACERVO DO CEC

O acervo do Colégio Estadual da Cachoeira é composto por mais de 100.000 documentos dos mais variados tipos como: documentação sobre a construção do colégio, plano de construção da escola, documentação de professores e funcionários, diários de classe, cadernetas de notas, pastas individuais de alunos, pastas de prestação de contas, mapas pedagógicos escolares, documentação da direção, pastas de correspondências expedidas e recebidas, fotografias, livros de atas, livros de registro, livros de notas, livros caixa, livros de

ponto, folhas de frequência, folhas de pagamentos, mapas de pagamentos, recibos e notas, entre outros.

Para facilitar a organização do acervo pelo projeto, os documentos foram divididos em quatro coleções, sendo elas: coleção de diários de classe, coleção de pastas de aluno, coleção de livros pautados e coleção de documentos avulsos. A coleção de diários (fig. 19) corresponde às cadernetas de presença e de notas. A coleção de pasta de aluno (fig. 20) corresponde às pastas com fotografias, certidões de nascimento e de casamento (cópias e originais), diplomas, comprovante de pagamento de caixa escolar, comprovante de matrícula, requerimentos de inscrição para exames supletivos, recibos de taxas para exames supletivos e cópias de carteiras de identidade.



Figura 19 - Coleção de diários de classe – Ano 2018
Foto: Renata Teles

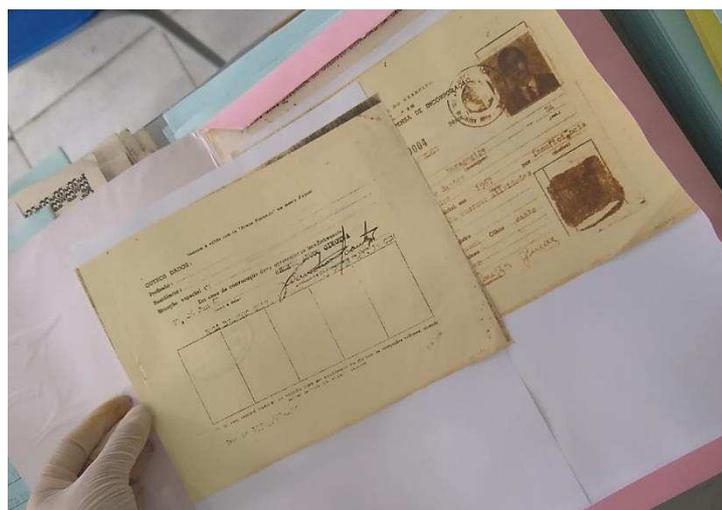


Figura 20 - Documentos contidos nas pastas de alunos – Ano 2019
Foto: Thainá Santana

Os livros pautados (fig. 21) totalizam 124 itens e são classificados de acordo com a sua temática e correspondem às atas de registro de notas parcial e final, tomo de pasta de alunos, entrega de diplomas, entrada e saída de funcionários, controle de funcionários, exames de admissão, registro financeiro, controle de aulas, estágio, associações cooperativas e matrícula. Na coleção de documentos avulsos encontram-se os atestados médicos, relatório de estágio, correspondências recebidas e expedidas, orientações do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, documentos da Secretaria da Fazenda, documentos de movimentação escolar e despesas, horário individual de atividades, reuniões entre pais e mestres, termos de posse, exames médicos, listas de formandos e documentos devolvidos.



Figura 21 - Coleção de livros pautados – Ano 2019
Foto: Thainá Santana

3.2 AVALIAÇÃO DE RISCOS

3.2.1 ENTORNO E EDIFÍCIOS

No que se refere ao entorno do CEC, observou-se que a movimentação intensa do trânsito contribui para a presença de gases poluentes agressivos ao acervo nas salas de guarda do arquivo escolar, como a fumaça de veículos e a poeira. Este fator foi observado devido ao acúmulo constante de poeira, principalmente, na sala de trabalho do Projeto CEC após a abertura das janelas da sala.

O Rio da Pitanga, por sua vez, possibilita a presença de insetos e micro-organismos devido ao acúmulo de lixo (fig. 22), além do aumento de umidade nas salas de guarda. No entanto, o rio não oferece riscos de enchentes que possam causar inundações nas salas que

abrigam o acervo, pois não está localizado em suas proximidades, mas as possibilidades de enchentes não são descartadas devido ao histórico de ocorrências deste tipo na cidade de Cachoeira. A cidade já enfrentou diversas enchentes, sendo a última datada no ano de 1989.



Figura 22 - Rio da Pitanga apresentando acúmulo de lixo – Ano 2018
Foto: Renata Teles

Sobre outros riscos de inundações, existem relatos de incidentes ocorridos no Pavilhão Ernesto Simões Filho que, entre os anos de 2009 e 2010, sofreu uma inundação ocasionada por uma época de chuvas intensas. Através de relatos do diretor, constatou-se que ao fundo do prédio havia um muro que separava a escola da área de vegetação e de casas próximas, com a intensidade da chuva, acumulou-se bastante água e sujeira atrás do muro fazendo com que uma parte dele cedesse e causasse a inundação, o que resultou na perda de muitos documentos da escola. Como não houve reparação do muro desde o acontecido (fig. 23), isto acaba facilitando a entrada de água das chuvas e sujeiras nos ambientes do pavilhão podendo alcançar a sala de guarda 1.



Figura 23 - Muro do Pavilhão Ernesto Simões Filhos atualmente – Ano 2018
Foto: Renata Teles

No que se refere à segurança da escola, foi observado a inexistência de um sistema detector de fumaça, alarmes contra incêndios e saídas de emergência ou programa de treinamento para funcionários em casos de situações alarmantes, sendo identificado apenas a presença de 1 extintor de incêndio na entrada do Pavilhão Ernesto Simões Filho. Além destes fatores, em todos os pavilhões foi identificada a presença de sistema de monitoramento, mas é importante destacar que este sistema não é suficiente para assegurar o CEC contra roubos e vandalismo, pois o colégio está situado em uma área considerada de risco devido os atos de violência ocorridos pela falta de segurança em suas proximidades.

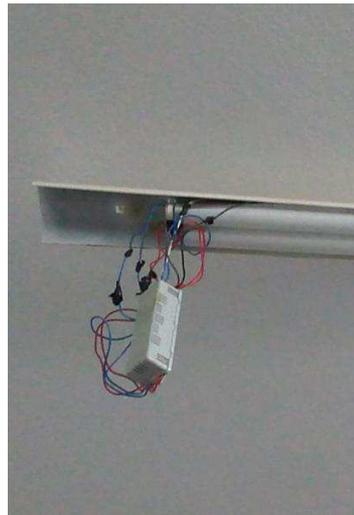
Durante a coleta de dados, observou-se também que os três prédios que compõe a estrutura do Colégio Estadual da Cachoeira apresentam problemas como desgaste da pintura e mofo ocasionados pela ação do tempo e por infiltrações; instalações elétricas inadequadas como disjuntores sem capa protetora, ar-condicionados instalados inadequadamente, lâmpadas mal encaixadas e afiações desprotegidas podendo gerar incêndios (fig. 24 a 29); além de rachaduras nas paredes (fig. 30 e 31). Estes problemas vêm se agravando a cada dia e comprometendo a estrutura dos prédios do CEC, devido à falta de investimentos para manutenções e reformas, fazendo com que alguns espaços da escola sejam interditados por não apresentarem segurança para uso.



Figura 24 - Desgaste da pintura causado por infiltrações (Pavilhão Rômulo Galvão)
Ano 2018 / Foto: Renata Teles



Figura 25 - Prédio do Pavilhão Rômulo Galvão apresentando infiltrações e instalações elétricas inadequadas -
Ano 2018
Foto: Renata Teles



Figuras 26, 27, 28- Instalações elétricas inadequadas nas salas de guarda (Sala guarda 3 e sala de trabalho do Projeto)
Ano 2018 – Fotos: Renata Teles

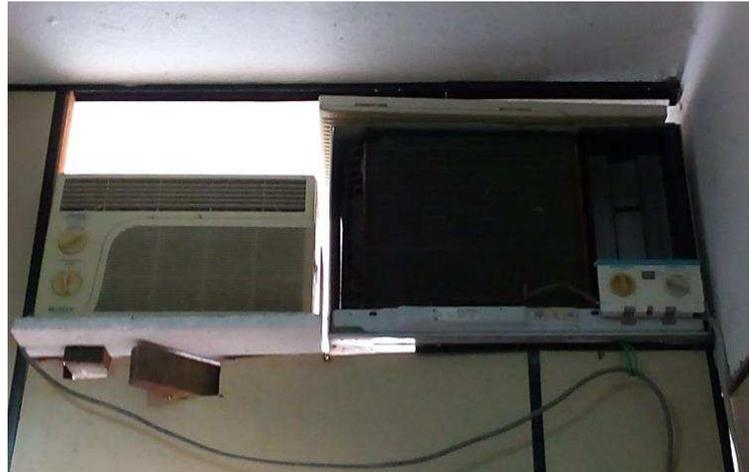
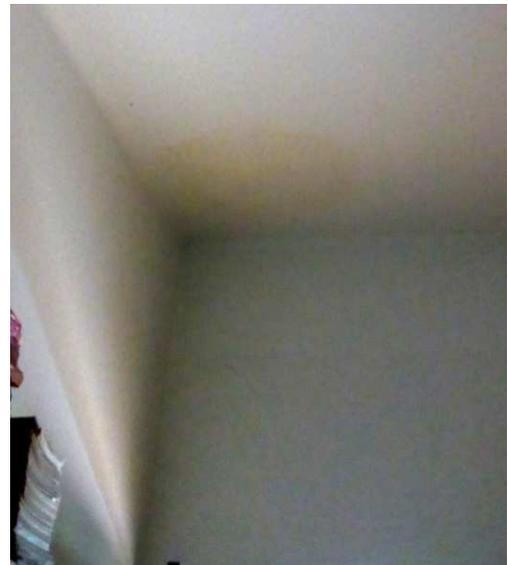


Figura 29 - Ar-condicionados com instalações inadequadas (Sala 3)
Ano 2018 – Foto: Renata Teles



Figuras 30 e 31 - Rachaduras superficiais na sala de trabalho do Projeto e sinais de infiltrações na sala de guarda
- Ano 2018
Fotos: Renata Teles

Vale ressaltar que todos os espaços de guarda do arquivo são improvisados e por este motivo não oferecem condições adequadas para o armazenamento do acervo. As condições de temperatura e umidade relativa do ar são desfavoráveis visto que o CEC foi construído nas proximidades de um rio e numa cidade com temperatura elevada e umidade excessiva por conta do clima predominantemente tropical.

As infiltrações nas salas também contribuem para o aumento da umidade, além da inexistência de um sistema de climatização adequado que garantam estabilidade climática nos ambientes.

Devido a estes fatores, em todas as salas de guarda e no acervo constatou-se a presença de baratas, traças, aranhas, fungos e bactérias, que também são originados pela falta de

limpeza frequente nos espaços. Foi observado que os ambientes das salas, principalmente o da sala 1 e o da sala 3, são extremamente abafados, pois não possuem aberturas para ventilação e permanecem maior parte do tempo fechados. Ambientes como estes, escuros e com pouca ventilação, favorecem o aparecimento de tais agentes biológicos que são extremamente prejudiciais ao acervo.

A sala 2 não oferece muitos riscos as coleções, no entanto, a abertura para ventilação existente não possui tela de proteção como barreira para entrada de insetos e poeira (fig. 32), e por ser uma sala de pequenas dimensões, não possui capacidade para abrigar muitos documentos.



Figura 32 - Abertura para ventilação na sala 2
Ano 2018 / Foto: Renata Teles

A sala de trabalho do projeto CEC apresenta alguns problemas relacionados à iluminação e também à climatização do ambiente. O espaço conta com 1 ar-condicionado que é usado periodicamente, este não funciona de forma adequada devido à falta de vedação total da sala por não possuir porta e apresentar aberturas para a instalação de outros ar-condicionados (fig. 33). Quando as janelas da sala são abertas a incidência solar é direta em seu interior, pois não há cortinas e nem telas de proteção contra entrada de insetos e poeira do trânsito.



Figura 33 - Abertura para ar-condicionado na sala de trabalho do Projeto CEC
Ano – 2018 / Foto: Renata Teles

No que se refere ao mobiliário das salas de guarda, são utilizadas estantes de madeira e de metal e armários de metal para o armazenamento do acervo. Nas estantes de madeira da sala 1 foi detectado ataque de insetos roedores, concluindo-se que as estantes correspondem a um material impróprio para o ambiente, pois não possuem cuidados de prevenção contra ataques de insetos xilófagos, podendo atrair térmitas e causar infestação no acervo. O mesmo pode acontecer com as divisórias de madeira prensada existentes na sala 3 por se tratar de um material de baixa qualidade e ser alvo fácil de insetos.

Os armários e estantes de metal apresentam oxidação, no entanto, encontram-se forradas com papel ofício, no qual constitui um papel neutro que é utilizado para proteger as coleções do contato direto com o metal oxidado.

3.2.2 ACERVO

Para o diagnóstico das condições das coleções foi construída uma tabela através da análise das fichas de diagnóstico dos documentos produzidas pelo Projeto CEC, levando em consideração o tipo de suporte, o estado de conservação e as patologias encontradas. O estado de conservação foi definido entre bom, regular e ruim, sendo considerados bons os documentos legíveis com poucas perdas; regulares os documentos com informações pouco legíveis e perdas do suporte sem perdas de informações; e ruins os documentos com perdas do suporte, perdas de informações, informações ilegíveis e suporte muito fragilizado.

COLEÇÃO	SUPORTES	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	PATOLOGIAS
Diário de classe	Papel	Bom	Sujidades, ataque de insetos xilófagos, manchas, material

			metálico oxidado, fita adesiva, micro-organismos, foxing, perdas do suporte, rasgos, amassos, tinta esmaecida e solubilizada e escurecimento do suporte.
Pasta de aluno	Papel	Regular	Sujidades, ataque de insetos xilófagos, manchas, material metálico oxidado, micro-organismos, foxing, perdas do suporte, rasgos, amassos, tinta esmaecida e solubilizada e escurecimento do suporte.
Livros pautados	Papel e tecido.	Bom	Sujidades, ataque de insetos xilófagos, manchas, material metálico oxidado, micro-organismos, foxing, perdas do suporte, perda ou desprendimento da costura, rasgos, amassos, tinta esmaecida e solubilizada e escurecimento do suporte.
Documentos avulsos	Papel	Bom	Sujidades, insetos xilófagos, manchas, material metálico oxidado, micro-organismos, foxing, perdas do suporte, rasgos, amassos, tinta esmaecida e solubilizada e escurecimento do suporte.

Tabela I: Diagnóstico do acervo

A partir desta tabela foi identificada a presença de variadas patologias nos documentos como: sujidades, ataques de insetos xilófagos, manchas, materiais metálicos oxidados, micro-organismos, foxing, perdas do suporte, perda ou desprendimento da costura, rasgos, amassos, tinta esmaecida e solubilizada e escurecimento do suporte (fig. 34 a 37). Estas patologias relacionam-se diretamente aos problemas referentes às condições ambientais das salas de guarda, como o excesso de umidade e temperatura que provocam o aparecimento de manchas nos documentos e diminui a resistência do suporte, além de proporcionar a proliferação de

fungos e insetos, principalmente por se tratar de um acervo constituído por materiais orgânicos.



Figura 34 - Ataque de agentes biológicos – Ano 2017

Foto: Ritta Mota

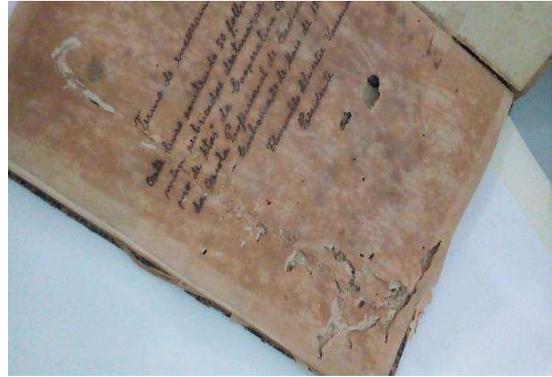


Figura 35 - Ataque de insetos xilófagos em livro pautado – Ano 2019

Foto: Renata Teles

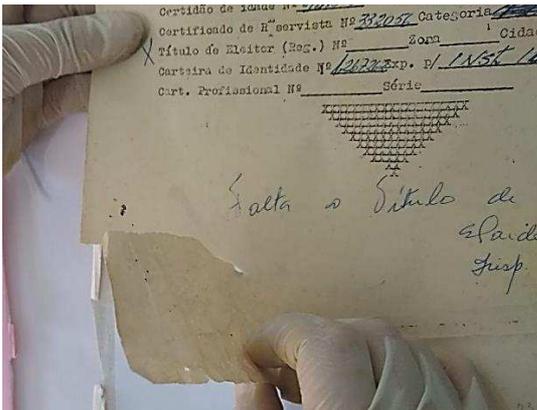


Figura 36 - Documento apresentando rasgos - Ano 2019

Foto: Thainá Santana



Figura 37 - Livro pautado com desprendimento da costura - Ano 2019

Foto: Thainá Santana

Durante a vistoria também foi identificado o acondicionamento inadequado do acervo. Na sala 1 e 3 o acervo encontra-se estantes e armários, sendo uma parte acondicionada em caixas arquivos de papelão e de plástico e outra parte disposta nos mobiliários em pilhas sem proteção (fig. 38 a 42).



Figuras 38, 39 - Condições de acondicionamento na sala 1
Ano – 2018 / Foto: Renata Teles





Figuras 40, 41, 42 - Condições de acondicionamento na sala 3
Ano – 2018 / Fotos: Renata Teles

As condições de acondicionamento na sala 2 são relativamente adequadas e não oferecem riscos ao acervo visto que os documentos encontram-se acondicionados em papel neutro e estão dispostos sobre estantes de metal forradas com o mesmo tipo papel (fig. 44). Os documentos da sala 2 passaram por tratamento de conservação através do Projeto CEC, no qual receberam higienização mecânica com trincha e pó de borracha para a retirada de sujidades; retirada de materiais metálicos; costura; entre outros procedimentos.



Figura 44 - Condições de acondicionamento do acervo na sala 2
Ano 2018 – Foto: Renata Teles

Alguns documentos que foram transferidos da sala 2 para a sala 3, foram retirados das caixas e encontram-se no chão para aos poucos serem organizados nas estantes por um funcionário da escola (fig. 45). Estes documentos por se encontrarem no chão, estão mais vulneráveis ao ataque de insetos e acúmulo de sujidades, e como a sua organização se trata de um processo lento, ficarão por bastante tempo expostos a tais riscos. Outras caixas que

continham pastas de alunos e documentos avulsos foram encaminhadas para a sala de trabalho do projeto CEC para organização e tratamento de conservação.



Figura 45 - Documentos dispostos no chão na sala 3
Ano 2018 – Foto: Renata Teles

3.3. NORMAS E PROCEDIMENTOS

3.3.1. SOLUÇÕES IMEDIATAS

De imediato, para todas as salas de guarda do arquivo do CEC, serão recomendadas medidas simples que estão ao alcance da realidade financeira da instituição. As salas de guarda deverão ser adaptadas para abrigar e proporcionar conforto e estabilidade aos documentos.

É necessário acionar, imediatamente, profissionais adequados para realizar vistorias nas instalações hidráulicas que identifiquem as causas das infiltrações e vistorias nas instalações elétricas para evitar curtos-circuitos, sobrecargas elétricas que podem provocar incêndios.

Recomenda-se a execução de inspeções rotineiras para detectar as fontes de agentes biológicos e adotar medidas de higienização diariamente para evitar o acúmulo de sujidades e impedir a proliferação desses agentes. É recomendada a utilização de aspirador de pó ou limpeza com pano úmido que, ao ser aplicado no piso, deve ser secado imediatamente.

Em relação ao entorno dos edifícios, são indicadas limpezas frequentes e manutenção das áreas com vegetação para evitar desenvolvimento de agentes biológicos nas proximidades das salas de guarda. Os funcionários destinados as ações de limpeza do arquivo escolar deverão ser instruídos para exercer suas funções.

Outra medida a ser adotada para o controle de infestação de agentes biológicos e para evitar outros agentes de deterioração, é estabelecer uma política de controle ambiental que mantenha os índices de temperatura e umidade relativa do ar em níveis adequados. Estes índices podem ser medidos por meio de termo-higrômetros que são equipamentos apropriados para tal função.

Para que os valores ideais de temperatura e umidade sejam alcançados ou aproximados, é recomendado o uso de equipamentos como ar-condicionados e desumidificadores. No entanto, no momento não será sugerido o uso de ar-condicionados nas salas de guarda do CEC devido à difícil possibilidade de mantê-los ininterruptamente em funcionamento, além de que o acervo encontra-se adaptado ao clima em que está exposto sendo considerado naturalmente estável e, alterações bruscas de temperatura no ambiente podem alterar ainda mais a resistência do suporte dos documentos.

De acordo com Carvalho (2005), a maioria das instituições utiliza meios mecânicos de condicionamento do ar, porém, por ser uma medida de alto custo, se torna inviável manter o ambiente climatizado por 24 horas. Por este motivo, algumas instituições não conseguem utilizar seus sistemas de climatização de forma adequada, desligando-os no período da noite e em dias sem expediente, o que acaba provocando variações de temperatura e umidade.

Carvalho (2005, p. 35), recomenda “[...] propiciar com cautela a renovação do ar através de ventilação natural ou forçada quando as condições externas forem adequadas, sem descuidar do uso de filtros”. Portanto, sugere-se apenas o uso de desumidificadores e ventilação natural a partir da abertura de janelas quando as salas estiverem em uso, a fim de amenizar os efeitos causados pelo excesso de temperatura e umidade dos ambientes, é recomendado também que sejam acoplados nas janelas filtros especiais para reter os componentes nocivos às coleções.

Para o controle de radiação UV, sugere-se o uso de lâmpadas com filmes de proteção que ajudam no controle da radiação. As janelas devem ser protegidas com cortinas, persianas ou telas de modo que bloqueiem a entrada de luz solar, ajudando também a deter a entrada de insetos e sujidades.

Todo mobiliário pode ser forrado com um tipo de papel neutro para proteger as coleções do contato direto com o material do recipiente. Este papel deve ser trocado sempre que apresentar patologias que interfiram na conservação do acervo. Os armários, estantes e mapotecas devem ser afastados das paredes para permitir a limpeza e a circulação de ar e a devem ser higienizados com flanelas secas.

Recomenda-se que a escola disponha de uma sala ampla e ventilada para a guarda dos documentos que passarem por tratamento de conservação e para os novos documentos produzidos pela escola, até que todas as salas sejam, de fato, adaptadas para a guarda do acervo.

No que se refere ao piano encontrado na sala de guarda 3, recomenda-se que este seja transferido para outro local da escola e que receba tratamentos de conservação necessários para sua preservação.

3.3.2 SEGURANÇA

Tendo em vista que a ausência de medidas de segurança pode gerar inúmeros danos e perdas prejudiciais ao acervo, é explícita a necessidade da instituição de um sistema de procedimentos adequados para proteção dos edifícios e do acervo. Portanto, recomenda-se a instalação de equipamentos como extintores, hidrantes, sprinklers, detectores de fumaça, sinalização de saídas de emergência e localização de equipamentos de segurança com instruções.

Para ampliar o sistema de segurança contra roubos e vandalismos, é aconselhada a restrição de entradas e saídas nos pavilhões e esquemas de segurança com auxílio de guardas e vigilantes suficientes para assegurar a fiscalização constante do CEC, tanto durante o dia, quanto a noite. É recomendado que seja feito o controle de entrada nas salas de guarda do arquivo, sendo permitida apenas a entrada de pessoas autorizadas.

Na maioria das instituições, a equipe de funcionários desconhece normas de segurança por não receberem treinamento para tal. Neste sentido, no momento em que as medidas de segurança forem aplicadas, deve ser efetuado treinamento dos funcionários do CEC para que todos estejam cientes do que deve ser feito em situações de emergência. Recomenda-se também treinamento através do Corpo de Bombeiros para a formação de uma brigada contra incêndios.

Em casos de inundações ou outros incidentes que envolvam o contato do acervo com água, são indicadas algumas regras básicas e procedimentos simples de como agir em tais situações:

- Transferir o acervo para um ambiente seco e arejado;
- Não manusear os documentos enquanto estiverem molhados até a completa retirada da água e sujidades que venham a atingi-los;

- Executar secagem através da constante circulação do ar;
- Não expor os documentos ao sol;
- Envolver os documentos em papéis mata borrão, no qual corresponde a um material utilizado para absorver a umidade.

3.3.3 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A falta de recursos consiste em um dos maiores problemas que o CEC vem enfrentando, o que limita a instituição a investir na preservação do seu acervo. No entanto, a falta de consciência da comunidade escolar sobre o significado do seu patrimônio é ainda maior, sendo fundamental que exista um trabalho de conscientização para que aja uma mudança de comportamento em relação a este problema.

A educação patrimonial é essencial neste espaço para contribuir na preservação deste patrimônio que pertence não só ao CEC, mas a toda cidade de Cachoeira, consistindo em:

[...]um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (MALTÊZ, SOBRINHO, BITTENCOURT, MIRANDA & MARTINS, 2010, p. 43).

Este processo de conscientização já foi iniciado pela coordenação do Projeto CEC que, em 2017, foi divulgado na Semana Pedagógica do Colégio Estadual da Cachoeira através de uma palestra sediada pela restauradora Ritta Maria. Contribuindo para a divulgação do patrimônio escolar e manifestação de interesse nos professores na participação dos alunos no projeto.

Deste modo, recomenda-se que sejam oferecidas, através do Projeto CEC, palestras, oficinas e jogos pedagógicos que contribuam para a formação de conhecimentos sobre a salvaguarda do patrimônio e manifestação do sentimento de pertencimento para a construção de uma identidade coletiva.

As noções de patrimônio cultural podem ser inseridas nos conteúdos programáticos de algumas disciplinas e, na prática, podem ser observadas a partir da participação dos alunos nas atividades do projeto. Assim, exercendo o papel da preservação como um recurso didático

que visa promover o interesse pela preservação da memória escolar, além de fomentar a valorização e o reconhecimento do arquivo do CEC como patrimônio histórico-cultural.

3.3.4 NORMAS DE MANIPULAÇÃO DO ACERVO PARA FUNCIONÁRIOS E PESQUISADORES

Para o manuseamento adequado do acervo, os funcionários e pesquisadores deverão conhecer os procedimentos para manusear os documentos de forma adequada. Portanto, serão recomendadas aqui algumas normas e procedimentos básicos de manuseio que contribuirão para a conservação do acervo:

- Os documentos devem ser sempre manuseados com luvas;
- É necessário que se utilize as duas mãos para manusear cada documento;
- Não fazer dobras, anotações ou danificar os documentos;
- Não utilizar materiais metálicos para grampear os documentos, recomenda-se o uso de prendedores de plástico;
- Não se deve molhar as pontas dos dedos com saliva ou com outro líquido para facilitar o manuseio;
- Não apoiar os cotovelos sobre os documentos;
- Em caso de fazer fotografia do acervo, não é permitido o uso de flash.
- Não fazer refeições dentro das salas de guarda do arquivo escolar;
- Quando os documentos apresentarem, rasgos, costuras rompidas, amassos, sujidades, entre outros, é necessário que sejam encaminhados para a sala e trabalho do Projeto CEC para receberem tratamento de conservação.
- Após o uso, todos os documentos utilizados deverão ser colocados na mesma ordem, acondicionados e colocados no mesmo lugar onde foram encontrados.
- É importante que se tenha um controle das pessoas que utilizaram os documentos.

3.3.5 MEDIDAS A SEREM APLICADAS QUANDO A INSTITUIÇÃO DISPUSER DE RECURSOS FINANCEIROS

Tendo em vista os problemas encontrados em todas as salas de guarda do arquivo escolar, recomenda-se o remanejamento das salas para o Pavilhão Rômulo Galvão. Este por sua vez, deverá passar por reformas e manutenções visando solucionar os problemas com infiltrações, instalações elétricas e hidráulicas inadequadas de forma que o prédio possa

abrigar o acervo. Para realizar estas reformas e manutenções, deve ser formada uma equipe de profissionais especializados para atender todas as necessidades.

O prédio do Rômulo Galvão é indicado para abrigar as salas de guardas por estar localizado em uma área relativamente mais segura que os outros pavilhões e por dispor de salas em um lugar alto e arejado, além de não oferecer riscos de inundações e as vegetações próximas podendo ser podadas. As salas deverão ser abrigadas no primeiro andar onde serão distribuídas em 4 salas, sendo 1 para abrigar os documentos da sala de guarda 1, 1 para os documentos da sala 3, 1 para a sala de trabalho do projeto onde já está localizada e 1 para abrigar os documentos que passarem por tratamento de conservação e os novos documentos produzidos pela escola.

As salas deverão ser adaptadas para a guarda do acervo obedecendo a determinações rigorosas de segurança e conforto ambiental para a conservação das coleções. O ambiente das salas deverá estar em equilíbrio com condições climáticas sob controle e mantidas em níveis considerados adequados. É recomendado o uso de ar-condicionados, desde que sejam mantidos em funcionamento constante. As instalações elétricas do prédio devem ser compatíveis com os equipamentos utilizados nas salas de guarda.

Todo mobiliário deverá ser substituído por estantes e mapotecas de metal esmaltado. O mobiliário deve ser direcionado de modo que não recebam incidência direta da luz solar, devendo ser feita a aplicação de filmes de controle solar associados a filtros de raios ultravioletas nos vidros das janelas.

Para a sala de trabalho do Projeto CEC, sugere-se que esta seja adaptada e que apresente conforto humano e para a guarda temporária do acervo. Spinelli, Brandão & França (2011), dentre as diretrizes para a implantação de um laboratório de conservação, recomendam que o espaço tenha:

[...] piso antiderrapante, com as paredes pintadas em cor clara, p.ex. a cor bege. O acesso deve ser também para pessoas com necessidades especiais, com portas espaçosas que permitam inclusive o trânsito de carrinhos de livros e outros materiais de grande porte. Devem ter tomadas elétricas de 110 e 220 volts (de acordo com a voltagem da cidade) em posições estratégicas e de fácil utilização (SPINELLI, BRANDÃO & FRANÇA, 2011, p. 38).

É recomendado o mesmo cuidado com o controle ambiental e iluminação das salas de guarda. Para a realização das atividades do projeto são sugeridos mobiliários e equipamentos adequados, como: mesas com tampo de fórmica, cadeiras deslizantes, estantes de metal para as coleções em tratamento, equipamentos de segurança, prensa de mesa para planificação,

mesas para higienização dos documentos, aspirador de pó, entre outros. Com a viabilização de recursos, as atividades do projeto CEC também devem ser aprimoradas e executadas com materiais adequados, estas atividades podem ser discutidas e elaboradas pela equipe do projeto de acordo com a necessidade do acervo no momento.

3.3.6. ROTEIRO DE ATIVIDADES DO PROJETO CEC

Para auxiliar os integrantes do projeto CEC a realizar os procedimentos de conservação no acervo, a seguir, será apresentado um roteiro apontando o objetivo de cada procedimento e como devem ser executados. Para a realização de todas as atividades, é necessário o uso de óculos protetor, máscara contra poeiras, guarda-pó e luvas, devendo sempre usar calças e sapatos fechados.

3.3.6.1. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico consiste no preenchimento de fichas de identificação e de diagnóstico referente ao documento, identificando se de servidor, discente ou docente, patologias no suporte ou na tinta do registro e o seu estado de conservação. Através do diagnóstico, é possível analisar minuciosamente as especificidades dos documentos, possibilitando o levantamento de dados e a elaboração de proposta de tratamento de conservação.

3.3.6.2 HIGIENIZAÇÃO MECÂNICA COM TRINCHA

A higienização mecânica com trincha consiste em um procedimento que visa à remoção de sujidades e elementos considerados nocivos ao papel como poeira e resíduos de excrementos de insetos.

- Materiais: trincha de pelos macios, espátula de metal ou extrator de grampos.
- Para a coleção de livros pautados e diários de classe: a higienização deve ser feita na frente e no verso de cada página, passando a trincha por toda superfície da folha de maneira suave e empurrando as sujidades no sentido contrário da pessoa que estiver efetuando o procedimento (fig. 46, 47 e 48). Para a coleção de diários de classe, é necessário desmontá-los e retirar, quando houver, grampos e plástico com auxílio da espátula ou extrator de grampos. Após o desmonte, fazer a higienização individual de cada página. Para a coleção de livros pautados, a higienização deve ser feita em todas as páginas, inclusive nas capas.

Figura 46, 47 e 48 - Higienização com trincha em diário de classe
Fotos: Thainá Santana



- Para a coleção de pastas de alunos e documentos avulsos: deve-se passar a trincha em todos os documentos na frente e no verso, do mesmo modo como nas coleções de livros pautados e diários de classe (fig. 49). Durante a higienização, com o auxílio da espátula de metal ou do extrator de grampos, deve-se remover os materiais metálicos como cliques e grampos aderidos aos documentos, além da retirada de fitas adesivas do mesmo modo como nos diários de classe. Quando estes materiais forem de difícil remoção, é indicado deixá-los no local, pois o projeto não dispõe de materiais adequados e uma remoção forçada pode danificar ainda mais os documentos.

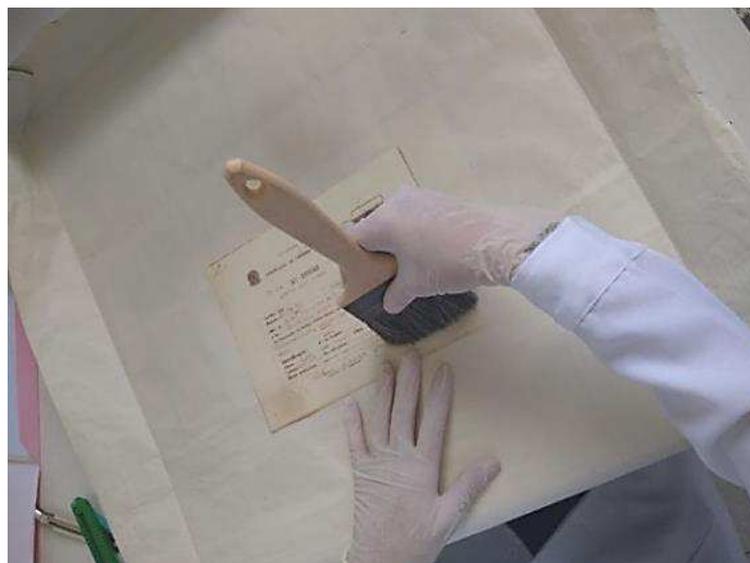


Figura 49 - Higienização em documento avulso – Ano 2018
Foto: Thainá Santana

3.3.6.3 HIGIENIZAÇÃO COM PÓ DE BORRACHA

A higienização com pó de borracha pode ser aplicada em todas as coleções da mesma forma, este procedimento além de auxiliar na remoção de sujidades, auxilia também na redução do aspecto escurecido do papel e de manchas.

- Materiais: pó de borracha, gaze e algodão.
- Como executar: com a utilização do pó de borracha, coloca-se um punhado sobre o documento e, com movimentos leves e circulares partindo do centro para as bordas (fig. 50 e 51), executa-se a higienização com o auxílio de um saquinho feito com a gaze e o algodão, ao final da limpeza, o pó de borracha deve ser retirado com a trincha.

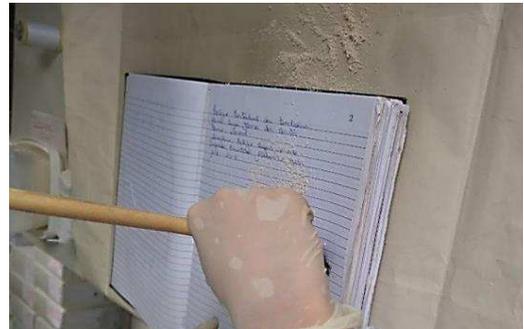
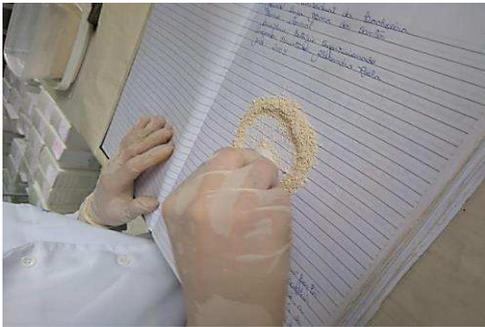


Figura 50 e 51 - Higienização com pó de borracha
Fotos: Thainá Santana

Os procedimentos de higienização, tanto com trincha como com pó de borracha, devem ser sempre executados em uma mesa sob uma caixa aberta feita com papel para não espalhar as sujidades dos documentos no ambiente (fig. 52).



Figura 52 - Caixa para higienização
Foto: Thainá Santana

- Como fazer a caixa para higienização

Passo 1: dobra-se 3 das 4 laterais do papel nas mesmas dimensões



Figura 53 - Processo para fazer a caixa de higienização
Foto: Thainá Santana

Passo 2: cada lateral dobrada é suspensa e unida uma à outra usando um grampeador

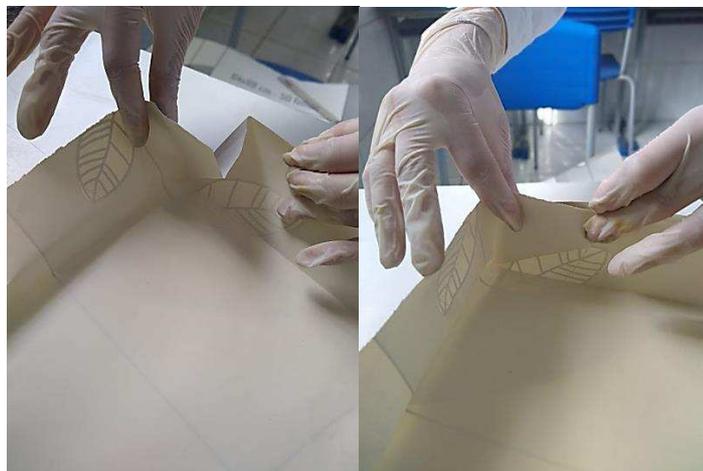


Figura 54 - Processo para fazer a caixa de higienização
Foto: Thainá Santana

3.3.6.4 COSTURA

A costura é mais indicada para a coleção de diários de classe que passam por desmonte durante o processo de higienização.

- Materiais: agulha de grande espessura, linha de pipa e tesoura.
- Como executar:



Figura 55 - Passo 1: marque 3 pontos por onde a agulha passará com a linha.

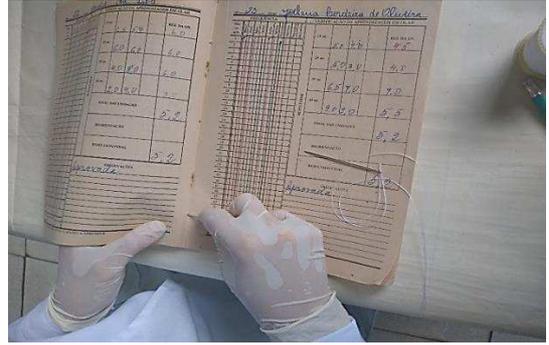


Figura 56 - Passo 2: fure cada ponto com a agulha para facilitar o momento da costura.

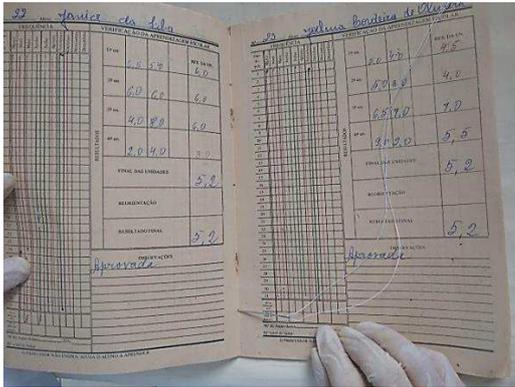


Figura 57 - Passo 3: Comece a costurar da parte inferior do diário.

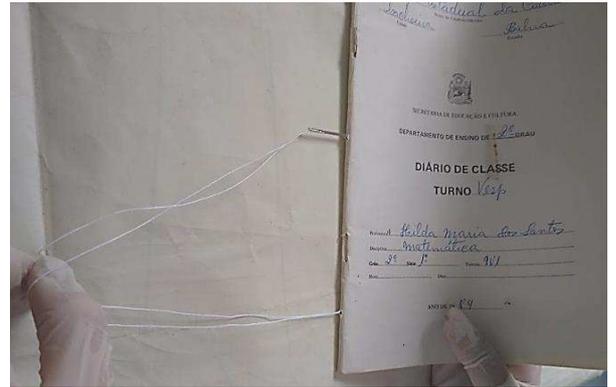


Figura 58 - Passo 4: Após passar a agulha no primeiro furo, em seguida, passe na parte central indo para o interior do diário.

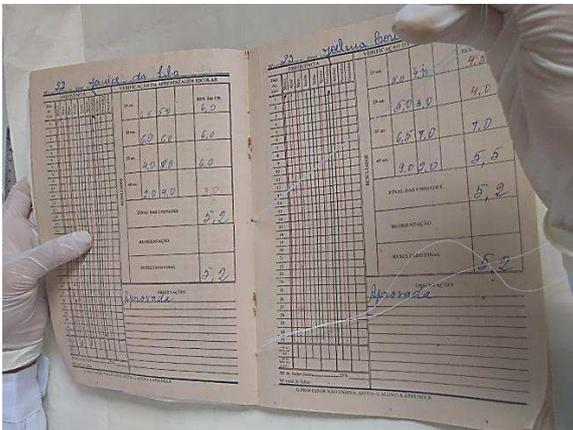


Figura 59 - Passo 5: Quando a agulha estiver na parte interior do diário, puxe a linha.



Figura 60 - Passo 6: Passe a agulha no furo superior sentido a parte exterior ao diário.

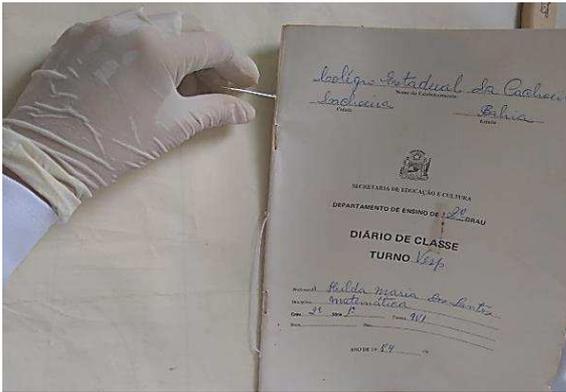


Figura 61 - Passo 7: puxe a linha.

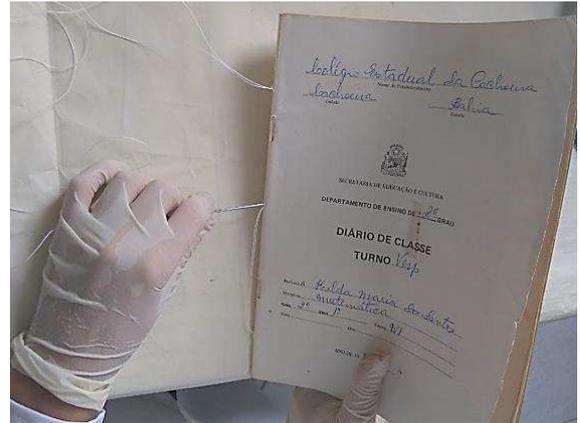


Figura 61 - Passo 8: passe novamente a agulha no furo central, sentido ao interior do diário.



Figura 63 - Passo 9: puxe a linha.

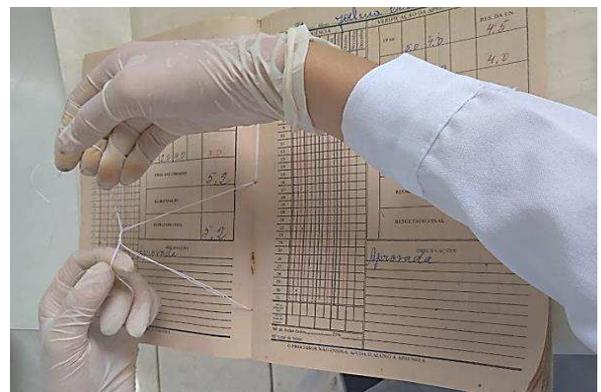


Figura 64 - Passo 10: faça um laço.

Figuras 55 a 64 - Costura em diário de classe – Ano 2019
Fotos: Thainá Santana

3.3.6.5 ACONDICIONAMENTO

O acondicionamento tem como objetivo proteger os documentos contra danos causados pelo ambiente.

- Materiais: papel neutro ou alcalino, barbante, pastas específicas para a guarda da coleção de pastas de alunos fornecidas pela escola, cola, rolo de pintura, tesoura.
- Para a coleção de livros pautados, diários de classe e documentos avulsos: os livros, diários e documentos avulsos devem ser acondicionados individualmente em papel neutro. O papel deve ser colocado como um envelope com dobras nas laterais, de maneira que impeça a entrada de insetos e sujidades, e depois são amarrados com barbante (fig. 65 a 72).

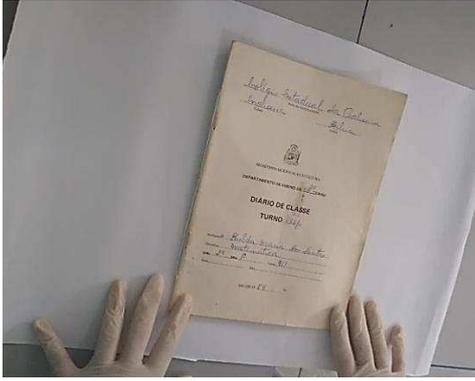


Figura 65 - Passo 1: Coloque o diário sobre o papel.

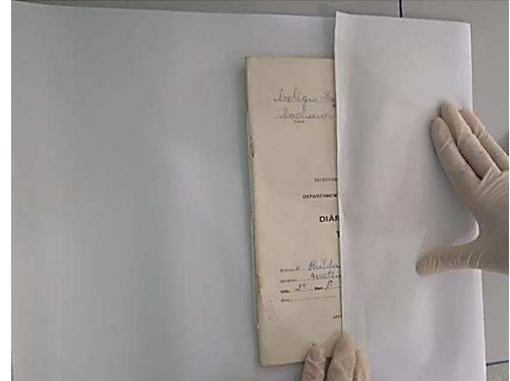


Figura 66 - Passo 2: Dobre as laterais do papel sobre o diário.

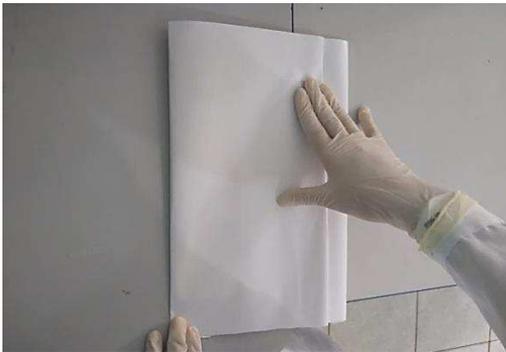


Figura 67 - Passo 3: Dobre as laterais do papel sobre o diário.



Figura 68 - Passo 4: Dobre as pontas de todos os lados.

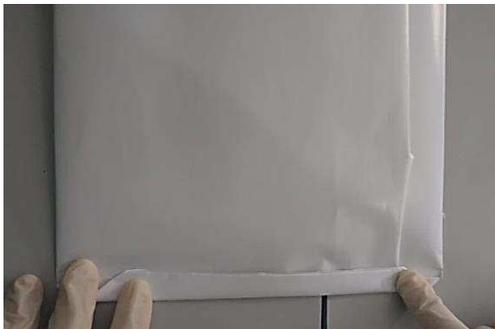


Figura 69 - Passo 5: Dobre as pontas de todos os lados.

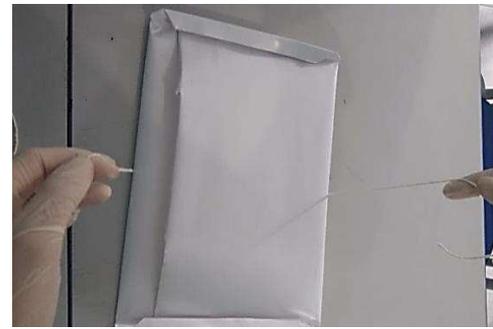


Figura 70 - Passo 6: Com o barbante dê uma volta horizontal e outra vertical sobre a embalagem.



Figura 71 - Passo 7: Termine de passar o barbante.

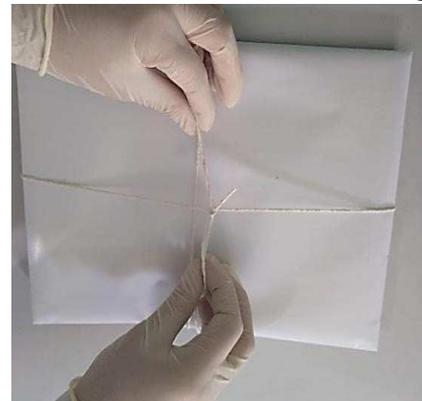


Figura 72 - Passo 8: Faça um laço com o barbante.

- Para a coleção de pastas de alunos: os documentos devem ser acondicionados em uma pasta específica fornecida pela escola que passam pelo processo de laminação (fig. 73 a 76), no qual, consiste na colagem de um papel neutro na parte interna da pasta. Após a secagem, os documentos devem ser entrefolhados com folhas de papel ofício e acondicionados na pasta junto com a ficha de diagnóstico (fig. 77 e 78).

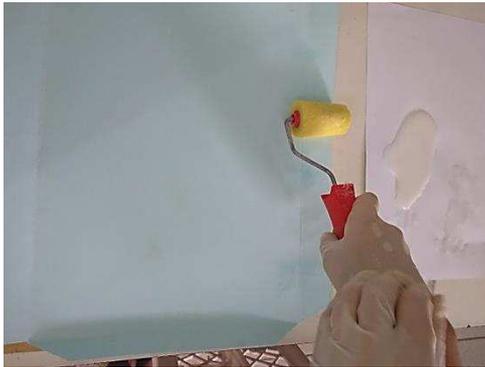


Figura 73 - Passo 1: Laminação – passe um pouco de cola nas laterais da pasta com o rolo de pintura suavemente.



Figura 74 - Paaso 2: Laminação - após passar a cola, coloque o papel neutro sobre a pasta.



Figura 75 - Passo 3: Laminação - corte as sobras do papel.



Figura 76 - Passo 4: Laminação - dobre as laterais da pasta.

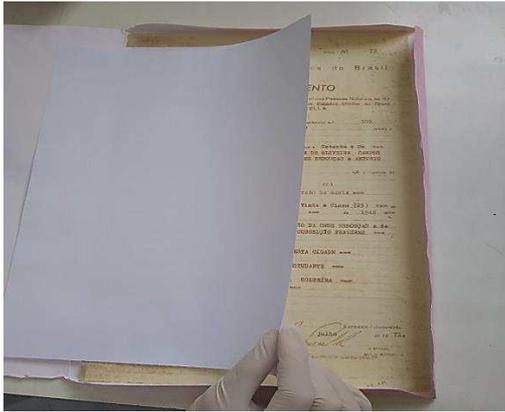


Figura 77 - Passo 5: após a secagem, acondicione os documentos na pasta entrefolhados com papel ofício.



Figura 78 - Documentos na pasta.

Figuras 73 a 78 - Acondicionamento de pastas de alunos – Ano 2019
Fotos: Thainá Santana

3.3.6.6 TRATAMENTO DE FOTOGRAFIAS

Este procedimento consiste em uma simples limpeza e acondicionamento nas fotografias 3x4 que fazem parte da coleção de pastas de alunos.

- Materiais: algodão, ficha para acondicionamento fotográfico, régua e estilete.
- Como Executar: Com o algodão, realiza-se a higienização com movimentos leves e circulares sobre a fotografia. Após o tratamento, as fotos são encaixadas em cantoneiras feitas com o estilete em uma ficha elaborada para seu acondicionamento (fig. 79 a 83).



Figura 79 - Passo 1: Sobre uma folha de ofício, passe o algodão levemente sobre a foto.

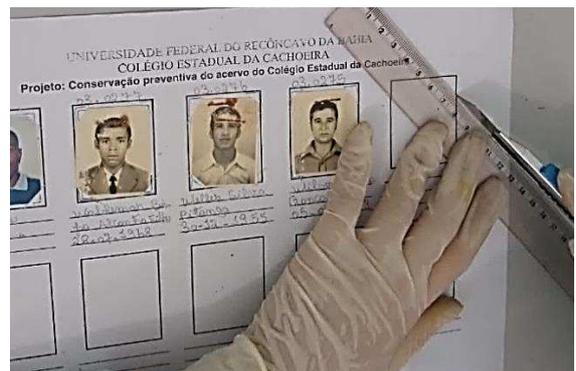


Figura 80 - Passo 2: com o auxílio de uma régua e de um estilete, faça cantoneiras no quadrado onde a foto deve ser fixada.

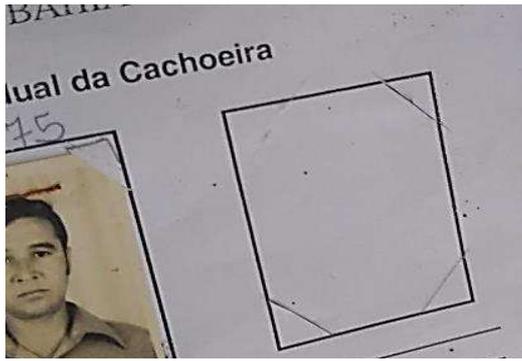


Figura 81 - Cantoneiras cortadas.

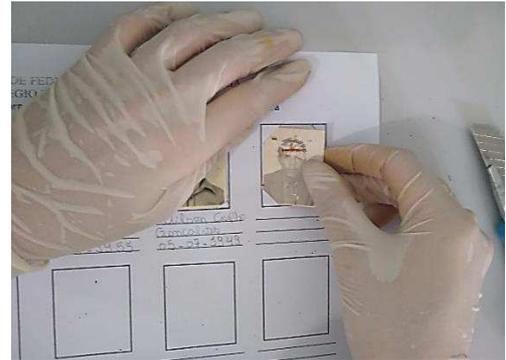


Figura 82 - Passo 4: fixe a foto nas cantoneiras.



Figura 83 - Passo 5: coloque a ficha na pasta específica para guarda das fotos.

Figuras 79 a 83 - Tratamento fotográfico – Ano 2019
Fotos: Thainá Santana

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma longa evolução histórica, entendemos que o Colégio Estadual da Cachoeira possui valor inestimável para o município, assim como para as comunidades que o circunda. Posto que, partindo do ponto de vista de que o mesmo é o único colégio de nível estadual de Cachoeira, a maioria das pessoas que concluíram a educação básica no município galgou seu percurso educacional passando por esta instituição. O que, de fato, nos mostra o quanto importante é o acervo do seu arquivo, por não se constituir apenas pela memória escolar, mas também pelas memórias que contribuem para a construção identitária do povo cachoeirano.

Através do Projeto de pesquisa: Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual de Cachoeira compreendemos que foi estruturado no CEC um importante trabalho para a preservação do seu acervo. No entanto, notamos os constantes enfrentamentos e desafios em termos de pessoal, recursos, e de conscientização da comunidade escolar e externa sobre a importância de se pensar a preservação neste espaço.

Frente à realidade enfrentada diariamente, tanto pelo Projeto CEC como para a instituição de modo geral, a necessidade de se elaborar estratégias que contribuam com a continuidade e efetividade do trabalho desenvolvido por este projeto se tornou evidente. Para tanto, a fim de atender a esta necessidade e de auxiliar na preservação deste patrimônio abrangendo todos os espaços e necessidades da instituição e do acervo, este trabalho buscou elaborar um plano de conservação preventiva para o acervo do CEC sob a perspectiva museológica.

Como já citado no decorrer do trabalho, para a elaboração de um plano de conservação preventiva é necessária a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento como arquivistas, arquitetos, engenheiros, químicos, biólogos, restauradores, entre outros. Isso significa que este trabalho não se limita somente ao que foi discutido aqui, podendo ser explorado de diversas formas por outros profissionais com o objetivo de atribuir mais estratégias que contribuam para a preservação do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira, reafirmando a interdisciplinaridade como parte fundamental deste processo.

Diante do que foi coletado no decorrer do trabalho, observamos que os dados demonstraram as carências do acervo do CEC em relação a sua preservação, além das reais condições em que este se encontra, das instalações dos prédios e do mobiliário, das condições ambientais e de segurança. A partir dessas informações, foi possível elaborar as estratégias para compor o plano de conservação, indicando medidas sustentáveis que visam salvaguardar

este patrimônio para o deleite das gerações atuais e futuras, alcançando o objetivo deste trabalho.

Espera-se também, que este trabalho estimule o interesse dos discentes do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a continuação da pesquisa no CEC. É importante ressaltar aqui, que o percurso acadêmico de um estudante, não se resume apenas em frequentar as salas de aula, é necessário que sejam explorados todos os espaços, atividades e projetos oferecidos pela universidade para uma formação diferenciada e de qualidade. É evidente que o Projeto CEC contribui ativamente na formação de um museólogo, pois possibilita uma conexão entre a prática e a teoria, somando e ampliando conhecimentos referentes à área da Conservação Preventiva e da Documentação Museológica.

REFERÊNCIAS

ABRACOR- Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais. **Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível.** Boletim eletrônico da ABRACOR: n.1, jun. 2010.

ALARCÃO, Catarina. **Prevenir para preservar o patrimônio museológico.** Revista Do Museu Municipal De Faro, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6573206-Prevenir-para-preservar-o-patrimonio-museologico.html>> Acesso em 05 jan. 2019.

BARBOSA, Telma da Silva. **MEMORIAL DO COLÉGIO ESTADUAL DE CACHOEIRA: Contribuição para um estudo sobre a História da Educação na Bahia.** 218 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em Conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação.** 292 f. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação.** Revista Brasileira de História da Educação. Paraná, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>>. Acesso em 26 dez. 2018.

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação Preventiva: Histórico.** Revista CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 91-102, Nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582>>. Acesso em: 02 de dez de 2018.

CANTALICE, Lúcia de Fátima da Silva Soares. **Arquivos escolares: uma proposta de um instrumento de controle de acesso e uso documental para o arquivo permanente do Colégio Polígono.** 2014. 49 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CARVALHO, CLÁUDIO RODRIGUES. **O Projeto de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservacao_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf>. Acesso em: 23 de out 2018

CARVALHO, Silmara Küster de Paula Carvalho. **Conservação preventiva: análise de condições ambientais em espaços museológicos por meio de um método de previsão.** 159 f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2005.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas.** 80 p. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de Castro. **A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil.** 182 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CONVÊNIO UFRB/CEC. **Projeto de Pesquisa: Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual Da Cachoeira – CEC.** Cachoeira, 2018.

D'ALAMBERT, Clara Correia; MONTEIRO, Marina Garrido; FERREIRA, Silva Regina. **Conservação, postura e procedimento.** São Paulo: SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998.

FLORES, Luciane. **ARQUIVOS PÚBLICOS ESCOLARES: PESQUISA SOCIAL E DIREITO À INFORMAÇÃO.** 62 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Especialização) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

FRONER, Yacy-Ara. **A prática transdisciplinar da Conservação Preventiva: memórias institucionais.** In: ROSADO, A. ; GONÇALVES, W. B. (Org). Ciências do Patrimônio: horizontes transdisciplinares. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015. P. 109-122.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critério.** Belo Horizonte: LACICOR–EBA-UFMG, 2008.

HENNING, Priscila. **A preservação do patrimônio entre a teoria e a prática: conflitos contemporâneos na sociedade da imagem.** 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434471575_ARQUIVO_priscila.pdf>. Acesso em 24 dez. 2018.

IPM - Instituto Português de Museus. **Plano de conservação preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos.** Lisboa, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.** Revista CPC, v.1, n. 1, abr. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Ética na preservação no século XXI.** 2013. Disponível em: <<https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/35/83/04mugayarkulh.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2018.

MALTA, Albertina Otávia Lacerda. **Preservação, Conservação, Restauração e Recuperação Física do Acervo.** Secretaria de Educação e Esportes. Pernambuco: Governo do Estado, 2014.

MALTÊZ, C. R; *et al.* **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural.** Pedagogia em ação, v.2, n.2, p. 39-49, Nov. 2010.

MEDEIROS, R. H. A. **Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento.** In: Colóquio Do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental.** Elaborado por Ray Edmondson. Ed. rev. [S.l.]: Divisão da Sociedade da Informação/UNESCO, 2002. Disponível em: <<https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2018.

PINHEIRO, L. V. R; GRANATO, M. **Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares.** In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da, (org). Preservação documental: uma mensagem para o futuro. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Murilo Pinto Silva. **Juventude rural e educação formal: Um estudo de caso no Colégio Estadual da Cachoeira, Cachoeira / BA.** 136 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.

SILVINO FILHO, José. **Causas da deterioração dos documentos.** Revista Sugestões Técnicas, Ano III, n.17, p. 1-18, março de 2012.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara. **Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva Tópicos em Conservação Preventiva.** Belo Horizonte: LACICOR–EBA-UFMG, 2008.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/manualjame.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação.** 2011. Disponível em: <<https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-3baltimaversc3a3o-2p-folha.pdf>> Acesso em 18 nov. 2018.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de. **A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados.** In: FONSECA, S. M. (Org.). Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. Ano 1, n. 1, julho de 2012.

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO

Eu, Luydy Abraham Fernandes, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, coordenador do *'Projeto de Documentação e Conservação Preventiva do Acervo do Colégio Estadual da Cachoeira'* autorizo a discente do curso de Graduação em Museologia da UFRB - RENATA ALMEIDA TELES - matrícula 201411858, a utilizar informações, textos e imagens do dito projeto com a finalidade de elaborar o seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *'Plano de conservação preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira'*. Solicito que a referida aluna faça as referências bibliográficas de citação de praxe, conforme as normas seguidas pelo colegiado do seu curso para a redação do TCC.

Salvador, 31 de janeiro de 2019.



Prof. Dr. Luydy Abraham Fernandes

ANEXO II



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
COLÉGIO ESTADUAL DA CACHOEIRA
TEL/FAX. (75) 3425-1619/2266

Entidade Mantenedora: Governo do Estado - Decreto nº 15.037 D.O. de 29/08/54
Autorizado pela Resolução nº 359 D.O. 06/07/77 Código nº 33715
CACHOEIRA - BAHIA



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins que RENATA ALMEIDA TELES, estudantes da UFRB, curso de Museologia participa do Projeto de Documentação e Conservação Preventiva do acervo do Colégio Estadual de Cachoeira, estando por este motivo autorizada a realizar pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Cachoeira, 30 de janeiro de 2019.


Fabio Santos Maciel
Diretor
Aut. 264 02 2018/INAR.2º
Port. 549/2016 D.O. 310/2016

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

DATA: 03 de dezembro de 2018.

Questionário

Nome: Ana Paula Soares Pacheco (Professora da Escola de Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG).

1. Como foi pensado e qual a finalidade do Projeto de documentação e conservação preventiva do acervo do Colégio Estadual da Cachoeira?

Após uma conversa com o aluno Anderson Luiz (Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB) sobre o estado de conservação dos acervos em suporte de papel, que estavam guardados nos arquivos do Colégio Estadual da Cachoeira (CEC) surgiu a ideia de elaborar um projeto que contemplasse as áreas de Documentação Museológica e Conservação Preventiva destes acervos.

2. Quais foram às etapas para a construção do projeto?

Antes de escrever o projeto, eu e Anderson conversamos com o Prof. Flávio de Almeida, que na época era o Diretor do Colégio Estadual da Cachoeira sobre a ideia do projeto. Ele adorou a ideia, aprovou e falei que era necessário realizar um Convênio de Cooperação Técnica com a UFRB, para que o projeto pudesse ser realizado no arquivo do CEC.

3. Quais as maiores dificuldades encontradas?

As dificuldades foram coordenar trinta e oito alunos do Curso de Graduação em Museologia da UFRB que estavam participando no início do projeto e a ausência de materiais de consumo. Foi necessário separar os alunos em grupos: 1- Grupo de alunos referentes à Documentação Museológica e 2 - Grupo de alunos referentes à Conservação Preventiva.

As reuniões eram mensais. Caso houvesse alguma emergência, os alunos poderiam enviar um e-mail e marcávamos uma reunião extraordinária para a semana seguinte.

4. Quais os avanços obtidos?

Antes de ser redistribuída em 10 de junho de 2015 para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coloquei o Professor Doutor Henry Luydy Fernandes como Coordenador do projeto e eu atuei como Vice Coordenadora. Em 2017, participavam nove alunos do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o trabalho prático de excelência realizado pela Restauradora Ritta Mota foi um diferencial para o projeto.

Agradeço imensamente a todos que participaram deste projeto e foi um prazer trabalhar lado a lado com vocês.